

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS**

**MATEUS PACHECO BRAGA EVANGELISTA**

**A DISCIPLINA ‘COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE’ NOS CURSOS DE  
RELAÇÕES PÚBLICAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

MANAUS

2023

MATEUS PACHECO BRAGA EVANGELISTA

**A DISCIPLINA ‘COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE’ NOS CURSOS DE  
RELAÇÕES PÚBLICAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Ferreira Lira

MANAUS

2023

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

E92d Evangelista, Mateus Pacheco Braga  
A disciplina 'Comunicação e Diversidade' nos cursos de relações  
públicas nas universidades brasileiras / Mateus Pacheco Braga  
Evangelista . 2023  
62 f.: 31 cm.

Orientadora: Aline Ferreira Lira  
TCC de Graduação (Comunicação Social - Relações Públicas) -  
Universidade Federal do Amazonas.

1. Comunicação. 2. Diretrizes Curriculares. 3. Diversidade. 4.  
Graduação. 5. Relações Públicas. I. Lira, Aline Ferreira. II.  
Universidade Federal do Amazonas III. Título

MATEUS PACHECO BRAGA EVANGELISTA

**A DISCIPLINA ‘COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE’ NOS CURSOS DE  
RELAÇÕES PÚBLICAS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Ferreira Lira.

Monografia aprovada em: 01/03/2023

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Ferreira Lira, UFAM  
(Presidenta)

---

Prof. Dr. Israel de Jesus Rocha, UFAM  
(Membro)

---

Prof. Dr. Luiz Antonio Santana da Silva, UFAM  
(Membro)

Manaus, 01 de março de 2023

À minha tia Eliana Pacheco (*in memoriam*), a estrela que brilha no céu e me acompanha em todos os momentos da vida. Este é um dos resultados de todo o seu esforço para comigo.

À minha mãezinha Elias Pacheco (*in memoriam*), que sempre se preocupou com cada pedacinho meu e tanto sonhou com a minha conclusão na universidade. Seu maior presente se concretiza!

À minha tia Dalila Pacheco (*in memoriam*), também relações-públicas, por me orientar nessa escolha e por tudo que me proporcionou em nossos anos juntos. Deu certo, tia!

À minha mãe de coração Leuzete Cassiano (*in memoriam*), por todo cuidado, paciência, mútua ajuda, amor e carinho que dispôs a me dar.

À minha irmãzinha Eliana Ramesar, por ser a estrelinha que mudou a minha vida. Que este trabalho seja uma inspiração para você.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, preciso agradecer Àquele que rege o nosso Universo, por todas as bênçãos concedidas nesse tempo em que me faço presente na Terra. Na sua crença, crio forças para continuar o meu trilha.

À Elzilene e Elzimar, as mulheres que me escolheram. Vocês não mediram esforços para formar o homem que sou. Obrigado por vibrarem mais uma vitória que eu conquisto. Seguiremos firmes em busca da nossa felicidade.

À minha tia Valmisa, meu pai adotivo/tio Antônio e meus primos-irmãos, Helton, Beatriz e Vanessa, por todo o apoio, incentivo e suporte, principalmente nos momentos mais difíceis dos últimos anos.

À Maria Gracimar, Dalmir e Larissa Pacheco, por serem grandes inspirações na minha vida e por me fazerem acreditar que a vida surpreende, engrandece e transforma. Obrigado por me mostrarem que posso ser livre.

À minha avó Francinete, minha tia Daniele Jardim e meu pai Maxeliel, que torceram por mim, mesmo de longe.

À Universidade Federal do Amazonas. Ser parte desta instituição é concretizar uma vivência necessária. Expandi meus horizontes ao me construir como pessoa e profissional. Sempre estarei na luta para defendê-la e garantir que as próximas gerações usufruam do ensino público e de qualidade.

Ao curso de Relações Públicas, por me proporcionar uma relação jamais imaginada. Fico muito honrado em deixar ações e trabalhos que ajudaram na construção dessa história.

À Aline Lira, minha orientadora, uma das poucas professoras que me acompanhou durante toda a graduação. No meu último suspiro, foi quem segurou a minha mão e disse que daria tudo certo para chegar aqui. Faltam palavras para tanta gratidão por essa e tantas outras ajudas durante meu percurso na graduação.

À Laura Jane. Para mim, você é sinônimo de amor, garra e fortaleza. Com seu jeito peculiar, me ensinou coisas que talvez nem imagine. Uma relação para além da sala de aula: minha professora, colega de profissão, uma amiga. As nossas ligações, cafés e tantas conversas traduzem isso muito bem, pois confidenciamos e rimos das melhores histórias vividas ao longo desses anos.

À Judy Tavares, com quem tive a honra de compartilhar muitas experiências na graduação. Agradeço pelas escutas, conselhos, companheirismo e forças, que foram essenciais

para que eu chegasse até aqui. Nossos áudios no Telegram, DMs e calls do Instagram ficarão guardados como bons momentos entre amigos e, claro, de muitas lições.

Aos professores do curso de Relações Públicas, por tanta dedicação em compartilhar os ensinamentos e vivências da nossa profissão. Em especial, à Maurília Gomes, com quem aprendi lições que transcendem os portões da academia.

À Alissanne Laisa e Célia Salignac, minhas melhores amigas. Acompanhamos, lado a lado, o crescimento de cada um e celebramos a cada conquista alcançada. Nossa amizade é forte, curativa, amorosa e acalentadora. Que bom estarem comigo neste momento!

Ao João Paulo, meu melhor amigo, com quem aprendo a exercitar o valor da amizade, diariamente, em meio a tantas adversidades. Mesmo estando do outro lado do país, continuamos firmes em nossos sentimentos e cumprindo as promessas que fizemos um ao outro.

À Amanda Brito, Agatha Araújo, Anizia Nobre, Anny Girão, Aylla Silveira, Caio Profiro, Deborah Noronha, Duda Noronha, Flávia Carvalho, Flávia Mota, Glaucia Cunha, Hanna Murayama, Igor Sam, Julia Andrade, Kamilla Freitas, Kelvin Wesley, Larissa Medeiros, Ligia Bentes, Mayara Gomes, Morgan Rodrigues, Nauara Vasconcelos, Nayana Rodrigues, Patrícia Patrocínio, Rosângela Azedo, Samara Alice, Sissi Mikaella, Soraya Lorena, Thais Belém, Thays Castro, Tuane Silva e Vini Valentine, que vieram deste e de outros momentos da minha vida e permaneceram com a mais bonita e fiel relação humana: a amizade!

Ao eterno time de mídia da iMarketing, Paloma, Lais, Thiago Feitosa, Bia, assim como o time da Digital, Gabi Maciel, Gabi Sasahara, Giselle Holanda, Jander Melo, Liany Bardales, Michelle Ventura, Neyruska Castro, Karina Cavalcante, Natália Michiles, Thiago Reis e Wesley Paiva. Com vocês, me senti consolidado nas escolhas e sou grato por tornaram-se uma fortaleza em momentos sensíveis.

Aos meus amigos da assessoria na Assembleia Legislativa, Thiago Barros, Daniel Jordano e Maycon Maia. Mesmo com a intensa rotina, colecionamos histórias incríveis, boas risadas, algumas saladas do Molen e, claro, muita força e cumplicidade.

Tenho que agradecer às pessoas que me acompanharam durante a graduação e hoje, por alguma situação, não estão mais próximos. De coração aberto, sempre lembrarei de todos os nossos momentos, com muito carinho e afeto.

Aos coordenadores dos cursos de Relações Públicas do Brasil, que, prontamente, atenderam a minha demanda para que este trabalho pudesse ser concluído.

De alguma forma, cada um contribuiu para formar este Mateus. Todos os erros e acertos foram válidos para que tudo isso se concretize agora. Enfim, deu tudo certo!

“Sou da tribo, da pedra, sou pop, sou som. Sou  
balanço do Norte, sou forte, eu sou. Sou da  
Amazônia, sou do Brasil, sou da galera”

**(Joelma)**



## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados sobre as perspectivas do tema diversidade na formação de profissionais de Relações Públicas por meio da inserção da disciplina Comunicação e Diversidade nos cursos de graduação das universidades brasileiras. Foi realizada, primeiramente, uma pesquisa sobre a gênese das Relações Públicas, bem como do surgimento dos cursos de graduação e a evolução das diretrizes curriculares na área. Foram abordados, também, os temas comunicação, sustentabilidade e diversidade, que baseiam e conceituam o tema principal desta pesquisa. Em seguida, foi abordado sobre a Comunicação e Diversidade na educação superior, por meio da análise da inserção da disciplina nas estruturas curriculares dos cursos de graduação em Relações Públicas. Para alcançar o objetivo deste trabalho, foi adotada como metodologia a pesquisa bibliográfica que possibilitou o estudo sobre o tema, assim como a pesquisa documental para a análise de documentos oficiais das instituições abrangidas no universo do trabalho. Identificou-se que os cursos de graduação em RP, em geral, não oferecem disciplinas voltadas à Comunicação e Diversidade em seus currículos, tendo uma mínima porcentagem que faz abordagem direta ou indireta ao tema. Por fim, foi elaborada uma sugestão da disciplina Comunicação e Diversidade para ser inserida na atualização da matriz curricular do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas.

**Palavras-chave:** comunicação; diretrizes curriculares; diversidade; graduação; Relações Públicas.

## ABSTRACT

This study presents the results on the perspectives of the diversity theme in the training of Public Relations professionals through the insertion of the college subject Communication and Diversity in undergraduate courses in Brazilian universities. Initially, research was conducted on the genesis of Public Relations, as well as on the emergence of undergraduate courses and the evolution of curricular guidelines in the area. Themes such as communications, sustainability, and diversity, which underlie and conceptualize the main theme of this research, were also addressed. Communication and Diversity in college education was then discussed, through an analysis of the insertion of this subject in the curricular structure of Public Relations school. To achieve the goal of this study, the methodology adopted was bibliographic research which allowed the study on the theme, as well as documentary research for the analysis of official documents of the institutions covered in the universe of this paper. It was identified that undergraduate courses in PR, in general, do not offer subjects related to Communication and Diversity in their curricula, having a minimum percentage that makes a direct or indirect approach to the theme. At last, this study elaborates a suggestion for the discipline Communication and Diversity to be inserted in the updating of the Federal University of Amazonas Public Relations course curriculum guidelines.

**Keywords:** Communication; Curriculum Guidelines; Diversity; Undergraduate; Public Relations.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b> Quantidade de cursos que oferecem a disciplina Comunicação e Diversidade.....	41
---	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Cursos de Relações Públicas que abordam diretamente a Comunicação e Diversidade nas disciplinas.....	40
<b>Quadro 2.</b> Cursos de Relações Públicas que abordam o tema diversidade em outras disciplinas.....	43
<b>Quadro 3.</b> Ementas das disciplinas que abordam diretamente a Comunicação e Diversidade.....	46
<b>Quadro 4.</b> Ementas das outras disciplinas que abordam o tema diversidade.....	49
<b>Quadro 5.</b> Proposta de disciplina ‘Comunicação e Diversidade’ para o curso de Relações Públicas da UFAM.....	52

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRP** – Associação Brasileira de Relações Públicas
- C&D** – Comunicação e Diversidade
- CEBDS** – Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- CONFERP** – Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas
- CONRERP** – Conselho Regional dos Profissionais de Relações Públicas
- CONSUNI** – Conselho Universitário
- DASP** – Departamento de Administração e Serviços Públicos
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DNI** – Departamento Nacional de Informação
- ECA** – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
- FACHA** – Faculdades Integradas Hélio Afonso
- FGV** – Fundação Getúlio Vargas
- IES** – Instituição de Ensino Superior
- INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
- MEC** – Ministério da Educação
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PPP** – Projeto Político-Pedagógico
- PUC** – Pontifícia Universidade Católica
- RP** – Relações Públicas
- UEL** – Universidade Estadual de Londrina
- UFAL** – Universidade Federal do Alagoas
- UFAM** – Universidade Federal do Amazonas
- UFPB** – Universidade Federal da Paraíba
- UFPR** – Universidade Federal do Paraná
- UNIPAMA** – Universidade Federal do Pampa
- USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 RELAÇÕES PÚBLICAS.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 A gênese das Relações Públicas nos Estados Unidos e no Brasil.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 O surgimento dos cursos de Relações Públicas no Brasil.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 As diretrizes curriculares dos cursos de Relações Públicas no Brasil.....</b>	<b>24</b>
<b>3 COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E DIVERSIDADE.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Comunicação e Sustentabilidade.....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Comunicação e Diversidade: conceito e características.....</b>	<b>32</b>
<b>4 A COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1 A inserção da disciplina de Comunicação e Diversidade nas instituições de ensino no Brasil.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2 O conteúdo das disciplinas.....</b>	<b>45</b>
<b>4.3 Proposta de disciplina de Comunicação e Diversidade para o curso de Relações Públicas da UFAM.....</b>	<b>51</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre diversidade têm se tornado cada vez mais presentes na sociedade e isso tem refletido nos ambientes organizacionais, principalmente se pensar nesse tema como um fator que gera resultados positivos para essas organizações. Para compreender a diversidade, é necessário ir muito além da visão de ser um gerador de resultados, mas sim, entender que suas perspectivas geram pautas que diferenciam e compreendem um indivíduo dentro do coletivo.

De acordo com o Centro Integrador Empresa-Escola – CIEE (2021), principal agência de integração entre jovens e o mercado de trabalho, a diversidade pode ser um diferencial competitivo entre as organizações, por trazer à realidade visões e perspectivas de liberdade de expressão, empatia e respeito, podendo assim criar um clima organizacional amigável dentro da organização. Com isso, é necessário entender que a diversidade não é algo que prejudique, e deve ser colocada como primordial e um bem muito valioso para as empresas (SOUZA *et. al*, 2021).

A abordagem do tema diversidade tomou maiores evidências nos últimos dez anos, de acordo com Mundy (2015), e pensar sobre isso, no século XXI, torna-se muito mais importante se avaliarmos os comportamentos sociais e a construção das pessoas nos últimos tempos. Dados demográficos, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados nos anos de 2020, 2021 e 2022, já pontuam que o que é considerado tradicional e conservador vem perdendo espaço, pelo menos, em quantidade, trazendo marcadores sociais de diversidades para um protagonismo social.

Por isso, as organizações precisam estar cada vez mais atentas a essas discussões e tomar um posicionamento que as favoreçam, de alguma forma. Dentro desse contexto, o profissional de Relações Públicas, considerado o responsável pelos relacionamentos organizacionais, exerce um papel funcional de estabelecer diálogos com todos esses grupos e constituir novas políticas que se tornem interessantes tanto para a empresa quanto para seus públicos.

Todo esse contexto, traz à tona um questionamento: como este tema está sendo abordado na formação profissional em Relações Públicas? Entendendo que a universidade é o espaço próprio para a formação de futuros profissionais, é preciso buscar, em dados e informações, se toda essa discussão já se faz presente ou não na formação dos discentes.

A proposta deste trabalho surgiu a partir da inquietação sobre a abordagem que se dá ao tema de Comunicação e Diversidade nos cursos de graduação em Relações Públicas das universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas. Por isso, a pesquisa tem por objetivo investigar de qual maneira o presente tema, em forma de disciplina, está inserido na formação dos futuros profissionais de Relações Públicas, por meio de análise quantitativa, quanto à

aplicação nas estruturas curriculares dos cursos de RP no Brasil, e qualitativa, quanto ao estudo aprofundado das ementas destes cursos.

Essa análise busca investigar a presença da Comunicação e Diversidade nos cursos de graduação e dar a oportunidade de relacionar o conteúdo presente nas ementas das disciplinas em face às propostas da Resolução nº 2, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Públicas no Brasil, publicadas no ano em questão.

Com a análise quantitativa é possível ter a dimensão real da situação por meio de dados coletados em formatos numéricos. Assim, o conhecimento trazido para o projeto, por meio da coleta de dados, é traduzido de uma forma estatística e permite ao pesquisador e leitor saber a limitação que seu objeto tem em relação a sua quantidade.

Já com a análise qualitativa, é possível visualizar os dados de forma mais aprofundada, levando em consideração aspectos não explorados na quantitativa. Busca entender fenômenos e significados do seu objeto de estudo e permite ao pesquisador analisar, de forma individual, os dados coletados. Assim, possibilita uma descrição de resultados mais analítica da sua proposta de pesquisa.

Para investigar a inserção do tema Comunicação e Diversidade como disciplina nos cursos de graduação, optou-se por adotar uma metodologia que consiste na pesquisa de natureza exploratória que, segundo Prodanov e Freitas (2013), possibilita o delineamento do tema pesquisado, bem como orienta a fixação dos objetivos e formulação de hipóteses, a fim de que possa descobrir novos enfoques e discussões para o tema.

Optado por essa natureza de pesquisa, iniciou-se pela coleta de dados por meio da pesquisa bibliográfica. Neste trabalho, portanto, foram constituintes para o levantamento bibliográfico: obras, artigos disponibilizados em periódicos científicos e em anais de eventos na Internet, além de acesso a monografias, dissertações e teses sobre as temáticas sobre comunicação, diversidade, comunicação e sustentabilidade, relações públicas e diretrizes curriculares para comunicação e relações públicas.

Além da pesquisa bibliográfica, foi necessária aplicar os métodos da pesquisa documental, uma vez que a análise dos dados é oriunda de documentos oficiais dos cursos de graduação, como estruturas curriculares e ementas de disciplinas.

A pesquisa documental aqui utilizada é realizada em fontes primárias, neste caso, exemplificado com os documentos oficiais, como: portarias, resoluções e demais documentos que dizem respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao Projeto Político Pedagógico do



curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e às matrizes curriculares e ementas dos cursos de Relações Públicas das universidades brasileiras.

Este trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, abordou-se sobre as Relações Públicas, pontuando sobre a gênese da profissão, nos Estados Unidos e no Brasil, bem como o surgimento dos cursos de graduação na área e a evolução das diretrizes curriculares, desde o primeiro curso de Comunicação até o mais recente. No segundo capítulo, foram abordados os temas comunicação, sustentabilidade e diversidade. De forma conjunta, esses baseiam, conceituam e caracterizam o tema principal desta pesquisa. No terceiro capítulo, abordou-se sobre a Comunicação e Diversidade no ensino superior, por meio da análise da inserção da disciplina nas estruturas curriculares dos cursos de graduação em Relações Públicas das universidades brasileiras.

Com a pesquisa e análise desenvolvidas, foi possível a elaboração de quadros que listam as instituições de ensino superior que oferecem a disciplina Comunicação e Diversidade, bem como outras disciplinas que abordam o tema diversidade, com suas respectivas cargas horárias e distribuição semestral/anual recomendados para a realização das atividades destas disciplinas.

## 2 RELAÇÕES PÚBLICAS

As relações públicas têm, por prioridade, a construção e promoção de relacionamentos entre partes, por meio da comunicação. Emergida do sistema capitalista e potencializada pela burguesia, a atividade de RP é, diretamente, ligada ao mundo organizacional. Hoje em dia, as relações públicas não estão mais somente ligadas ao lado empresarial, mas também atuante na contramão desse sistema.

Assim como a atividade, o profissional também é denominado pela mesma nomenclatura. Nessa função, o relações-públicas é entendido como um profissional estrategista, gestor e intermediador, capaz de criar, desenvolver e manter relacionamentos entre organizações e seus públicos de interesse a fim de atingir objetivos organizacionais, com base nas filosofias e nos princípios que norteiam o funcionamento destas organizações.

Ferrari (2009, p.160) entende que o profissional de Relações Públicas

tem a função de estabelecer, desenvolver e manter, de forma planejada, ligações, relacionamentos diretos [...] entre as organizações públicas e privadas, seus públicos e a sociedade, de forma a transformar essa rede de relacionamentos em benefícios tangíveis e intangíveis para todos os envolvidos.

Para isso, é preciso que o relações-públicas exerça funções básicas que envolvem atividades de pesquisa, de planejamento, de execução e de avaliação de qualquer ação que possa ser viabilizada para os seus públicos. Moreno (2017) corrobora com esse pensamento ao enfatizar que o profissional de RP é preparado para atuar na gestão da comunicação, pois possui uma formação comportamental de proatividade e de preparo com a rotina da organização, tendo o conhecimento para fazer uso de ferramentas necessárias para isso.

Cabestré (2008) afirma que boa parcela da população já quer participar ativamente das decisões organizacionais, com exigências de esclarecimento dos fatos, com desejo de se posicionar e criticar, além de estarem suscetíveis a mudanças advindas de processos de conscientização. Nesse contexto, as relações públicas podem atuar nesse processo, mostrando ao público de interesse que eles também são coparticipantes das tomadas de decisões.

Entender as relações públicas atravessa contextos sociais, políticos, culturais e até mesmo econômicos e considera as construções funcionais das relações públicas, como atividade, bem como a formação de seus profissionais é o objetivo deste capítulo.

### 2.1 A gênese das Relações Públicas nos Estados Unidos e no Brasil

A história das relações públicas, como é conhecida hoje, tem seu princípio nos Estados Unidos, que foi o primeiro país fora do circuito europeu, a se industrializar. Segundo Pinho

(2008), o país sofria, nessa época, consequências advindas da Primeira Guerra Mundial, além da expansão dos mercados livres. O sistema capitalista passava por uma transformação advinda com os resultados da Revolução Industrial e, neste contexto, também emergiam e se consolidavam os movimentos sindicais e o desejo de democratização por meio da opinião pública.

Esses grupos destacam-se por buscar desmascarar o uso de modos de produção industriais e combater a desumanização trabalhista, em que a luta de direitos, a cidadania e a consciência tornaram os trabalhadores reféns dos monopólios (PINHO, 2008).

O autor aponta que a opinião pública era desconsiderada pelo alto escalão industrial americano. Entre os principais nomes, estavam o magnata John Rockefeller, o banqueiro J.P Morgan e o empresário ferroviário Willian Vanderbilt, último este que proferiu a frase “o público que se dane”<sup>1</sup> a um grupo de jornalistas, no ano de 1882, sobre a construção de um trem expresso entre as cidades de Nova York e Chicago.

Esse ápice da cena histórica e o tom de “o público que se dane” concretizaram o posicionamento de empresários e magnatas frente à opinião pública, que descartava as vozes de seus públicos quanto ao desenvolvimento dos serviços prestados por suas empresas. Pinho (2008, p.32) infere que

A grande importância, aqui, deve ser dada à opinião pública. Percebe-se que quando a sociedade civil americana começa a organizar-se, surge a necessidade da profissão de relações públicas. Tal atividade, que tem como princípio, nesse período, persuadir a opinião pública, tornando-a favorável a diferentes causas e princípios (trabalhadores ou patrões), revela possuir um fundamento claramente político.

Nesse enredo, surge a figura do jornalista e publicitário Ivy Lee, que funda o primeiro escritório de Relações Públicas do mundo, situada na cidade de Nova York, no ano de 1906. A função Lee passa a se configurar em uma óptica oposta ao que estava sendo feito. Foi por meio dele, que se “inaugurou a etapa das Relações Públicas baseadas na máxima de que ‘o público deve ser informado’, um verdadeiro paradigma da atividade de RP, baseado na sua ‘Declaração de Princípios’” (PINHO, 2008, p.34). Somente no ano de 1914, quando Lee assume a assessoria do empresário John Rockefeller, da *Standard Oil Company*, que a profissão de relações públicas é consolidada e este é considerado o seu marco inicial.

O trabalho de Lee consistiu, basicamente, em transformar a imagem negativa de Rockefeller perante os seus públicos, visto as situações adversas que vinham acontecendo durante os trabalhos que sua empresa promovia.

---

<sup>1</sup> Tradução livre da frase “*The public be damned*”.

Esse trabalho permitia o diálogo do empresário com os mineiros, que visava melhoras nas condições de trabalho e relacionamento com as famílias destes. Lee ainda permitiu a visita da imprensa à empresa para que se conhecesse as atividades desenvolvidas. Todas essas ações resultaram, em primeiro momento, em associações positivas à marca e à pessoa de Rockefeller.

Em outra face, surge a figura de Edward Bernays que, segundo Kunsch (2006, p.3), era o “mais ético e dotado de maior responsabilidade social, usando conhecimentos gerados pela ciência social para entender a opinião pública, a motivação do público e as técnicas de relações públicas, seria diferente dos agentes de imprensa e dos publicistas da época”.

Bernays, por ser professor universitário, buscava uma visão mais teórica do que já se abordava sobre as relações públicas. Ele era sobrinho do psicanalista Sigmund Freud, que entre outras coisas, trabalhava as teorias relativas à persuasão e à manipulação da massa. Ancorado nos pensamentos e ideias de seu tio, consolidou os seus trabalhos apresentados sobre as relações públicas nesse sentido e caminho.

Em suas obras, sempre deixava claro que a mensagem tem o poder de persuadir o indivíduo quando apoiado a valores e interesses. Lattimore *et. al* (2012) aponta que este pensamento de Bernays era bastante ligado ao intuito da propaganda, que poderia definir hábitos e opiniões das massas atingidas por essas mensagens. A partir desses marcos, a profissão e a atividade de relações públicas passam por eventos sociais importantes, que tiveram protagonismo, principalmente, na formação da opinião pública.

Pinho (2008) ratifica que a gênese das relações públicas se relaciona, diretamente, pelo embate entre o proletariado e a burguesia, representados pelos operários sindicalistas e patronado, respectivamente, em que de um lado se criavam forças e se organizava no sindicalismo, enquanto o outro criava e traçava estratégias para preservar seus interesses.

Gomes (2014) aponta que apesar do escopo do trabalho de relações públicas atual possua algumas diferenças do que era feito em sua gênese, ainda se prioriza a comunicação persuasiva com e por meio da imprensa, a comunicação de via de mão dupla e a relação com os públicos de interesse.

No Brasil, a profissão de relações públicas também emergiu do sistema capitalista industrial, com a criação do primeiro departamento de relações públicas na companhia elétrica do estado de São Paulo, a São Paulo *Light & Power Co. Ltd.*, em 1914.

À frente do departamento, estava o engenheiro Eduardo Pinheiro Lobo, que tinha como objetivo modificar a visão pessimista da população a respeito da qualidade dos serviços da empresa de energia, gerenciando a imagem institucional da organização para ter a confiança

dos consumidores, além de consolidar boas relações da empresa com as autoridades municipais e estaduais de São Paulo.

A profissão de RP ganhou impulso durante o governo de Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945 (Estado Novo). De acordo com Gomes (2014, p.21), “as estratégias de comunicação durante a Era Vargas, incluíam a utilização de técnicas de persuasão como a publicidade governamental para manter o poder”.

A partir do ano de 1939, com o intuito de divulgar e massificar as filosofias e ideais varguistas, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que detinha o controle total da publicidade local, em atividades culturais, de lazer, além da promoção de artistas e a administração do sistema público de rádio. De acordo com Cabastré (2008), o DIP foi extinto no ano de 1945, sendo criado o Departamento Nacional de Informação (DNI), por meio do Decreto-Lei nº 7582, de 25 de maio do mesmo ano.

De acordo com Peruzzo (1986), as relações públicas ganham ainda mais força com a criação do departamento de Relações Públicas da Companhia Siderúrgica Nacional, no ano de 1951. Jesus (2008) aponta que a criação do departamento nessa empresa é um fato importante já que esta fora criada com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico do país, colocando a atividade de relações públicas, mais uma vez, em empresas públicas resultantes do processo de modernização do Brasil.

Baldissera (2005) ressalta que até os anos de 1950 a atividade de relações públicas era bastante limitada e foi com a força crescente das indústrias que os investimentos nas Relações Públicas foram ampliados, permitindo que a atividade passasse a ser mais profissional. Nesse momento, nota-se que o Governo tinha o interesse e a preocupação de como as informações poderiam circular e, diretamente, como isso implicaria na construção da imagem governamental perante a sociedade.

Peruzzo (1986) ainda destaca a criação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), em 1954, por 27 pessoas que já atuavam na profissão, aqui no Brasil. A criação da ABRP tinha o objetivo de difundir as atividades da área e incentivar que mais pessoas pudessem atuar na profissão, uma vez que o país avançava na indústria de base.

Somente no ano de 1967 a profissão foi regulamentada pelo Poder Executivo Federal, com a promulgação da Lei nº 5.377, de 11 de dezembro do mesmo ano, em que se estabelecem as funções do profissional e da atividade de Relações Públicas, sendo essas:

Art. 2º [...] a) a informação de caráter institucional entre a entidade e o público, através dos meios de comunicação; b) a coordenação e planejamento de pesquisas da opinião pública, para fins institucionais; c) a planejamento e supervisão da utilização dos meios audiovisuais, para fins institucionais; d) a

planejamento e execução de campanhas de opinião pública; e) ao ensino das técnicas de Relações Públicas, de acordo com as normas a serem estabelecidas, na regulamentação da presente Lei.

Além disso, a Lei estabelece quem seriam os profissionais da área e condicionou a possibilidade de registro para o exercício profissional, bem como a fiscalização. Com esse feito, o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a ter a atividade de relações públicas regulamentada por uma legislação.

No ano seguinte, o Decreto nº 63.283, de 26 de setembro de 1968, regulamentou a Lei acima citada e possibilitou que a profissão de Relações Públicas fosse representada por meio de um Conselho Federal e suas respectivas regionais, sendo assim criado o Conselho Federal de Relações Públicas (CONFERP) e os Conselhos Regionais de Relações Públicas (CONRERPs).

## **2.2 O surgimento dos cursos de Relações Públicas no Brasil**

As Relações Públicas no ambiente acadêmico e de formações profissionais apareceram, primariamente, na criação dos primeiros cursos de Comunicação Social. Segundo Moura (2002), ainda na década de 1940, o curso de Comunicação, com o ensino do Jornalismo<sup>2</sup>, trazia referências às Relações Públicas.

Ainda nos anos de 1940, o Governo Getúlio Vargas passou a investir na formação das técnicas de Relações Públicas. À época, foi criado o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), que realizou, no ano de 1949, o primeiro curso de Relações com o Público.

O curso oferecido pela DASP trazia, em sua formação, as principais funções técnicas da atividade de relação públicas. Segundo Jesus (2008), o departamento já era familiarizado com essas técnicas ensinadas. O DASP já havia realizado um evento que trazia a publicidade das ações governamentais, bem como o resultado de pesquisas de opinião pública, por exemplo.

A este momento, as Relações Públicas ainda eram ensinadas em nível técnico, mas já se identificava uma movimentação para entender mais sobre a atividade, bem como a formação profissional e como ela já vinha tendo maior reconhecimento de altos escalões de organizações. De acordo com Peruzzo (1986), o primeiro curso livre de Relações Públicas foi realizado no

---

<sup>2</sup> O primeiro curso de Comunicação Social no Brasil foi homologado no ano de 1943, na então Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), conforme a promulgação do Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943, do então Ministério da Educação e Saúde Pública, com o ensino direto ao Jornalismo, uma vez que os precursores eram advindos da imprensa. No mesmo período, o curso de jornalismo, em instituição privada, também passa a ser ofertado na então Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo.

ano de 1953 e foi patrocinado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da Escola de Administração Pública.

Steffen (2008) aponta que a educação é impactada pelo entendimento das Relações Públicas, como atividade. Sob influência do que já acontecia nos Estados Unidos, a educação de RP “passa a ser implantada sob o paradigma tecnológico, que instrumentaliza a educação para o trabalho, a serviço do crescimento industrial” (2008, p.95).

Assim, no ano de 1967, de acordo com Kunsch (2009), surge o primeiro curso superior de Relações Públicas no Brasil, instalado na Escola de Comunicações Culturais, hoje Escola de Comunicação e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), com duração de quatro anos. Esse coincide com o mesmo período em que a profissão é regulamentada no país, por meio da Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, o que priva as atividades elencadas no Art. 2º da Lei aos bacharéis em Relações Públicas.

De acordo com Steffen (2008, p.96), no ano de 1969, “o Conselho Federal de Educação aprova o Plano de Currículo das Comunicações, incluindo Relações Públicas como disciplina profissional”. Dessa forma, o curso de Comunicação passa a atuar com as habilitações de jornalismo, relações públicas, rádio e tv e similares.

Ao longo dos anos, mais cursos de Relações Públicas surgem dentro das universidades brasileiras, com crescimento expressivo ainda na década de 1970. Nesse contexto, inclui-se o Estado do Amazonas, que possibilitou a formação na área por meio da Resolução nº 05/77, do Egrégio Conselho Universitário (CONSUNI), da então Universidade do Amazonas (UA)<sup>3</sup>, permitindo o curso de Comunicação a formar profissionais nas habilitações em Relações Públicas e em Jornalismo.

Atualmente, existem 92 (noventa e dois) cursos de Relações Públicas em atividade nas universidades brasileiras<sup>4</sup>, públicas ou privadas, com o grau de bacharelado, sendo 79 na modalidade presencial e 13 na modalidade a distância. A maior concentração desses cursos encontra-se nas regiões Sudeste e Sul. Na região Norte, destaca-se o fato de ter, na forma ativa, somente o curso de Relações Públicas<sup>5</sup> da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

---

<sup>3</sup> A Universidade do Amazonas (UA) foi criada pela Lei Federal nº 4069-A, em 12 de junho de 1962, pelo então Presidente da República João Goulart, instalando-se três anos depois da promulgação da Lei de sua abertura. A partir de 2002, a instituição recebeu o nome de Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por disposição da Lei nº 10.468, de 20 de junho.

<sup>4</sup> Informações coletadas por meio da lista de cursos de Relações Públicas oferecidos por instituições de ensino superior, disponível no Portal E-MEC, do Ministério da Educação, por meio do endereço eletrônico <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 25 jul. 2022.

<sup>5</sup> Até o ano de 2021, o curso era denominado como Comunicação Social - Relações Públicas.

### 2.3 As diretrizes curriculares dos cursos de Relações Públicas no Brasil

A construção histórica dos cursos de Relações Públicas no ensino superior é marcada por significativas reformas estruturais que levam em consideração as mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais do Brasil. Essas mudanças também consideram as realidades regionais, uma vez que o País, visto como um ambiente continental. Gomes (2014) aponta que essas diferenças não podem ser vistas como fatos isolados, uma vez que acompanharam todo o desenvolvimento do ensino superior no país.

Essa estruturação inicia no ano de 1968, com a promulgação da Lei nº 5.540, de 28 de novembro<sup>6</sup>, que estabelecia as normas de organização e funcionamento do ensino superior brasileiro.

Cabestré (2008) aponta esse momento das Relações Públicas como o de aperfeiçoamento, ocorrendo entre os anos 1969 e 1980. Moura (2002) afirma que os cursos de Comunicação Social no Brasil tiveram cinco currículos mínimos, compostos por pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE)<sup>7</sup> e de resoluções do Ministério da Educação (MEC)<sup>8</sup>. Gomes (2014) complementa que foi a partir de 1969, com a Resolução nº 11/69, que os cursos de Comunicação Social passaram a formar profissionais por meio de habilitações, onde as Relações Públicas foram introduzidas na graduação.

A Resolução nº 11/69, que foi alicerçada pelo Parecer nº 631/69, constituía para os cursos “o Currículo mínimo [que] possui tronco comum a todas as áreas, e o estudo de áreas específicas diversificadas que são as habilitações” (MOURA, 2002, p.85). O seguinte parecer considera que

a formação de comunicadores (jornalistas, repórteres de TV e rádio, relações públicas e outras atividades similares) terá como ponto de partida o estudo do fenômeno da comunicação, insistirá na aquisição da melhor técnica e contará com os subsídios da cultura geral. Assim preparado, habilitado ao exercício plural das comunicações, robustecido pela ética resultante do conhecimento dos efeitos da profissão (BRASIL, 1969)

Em análise desse contexto, Cabestré (2008) afirma que esse currículo não teve uma vida longa, pois embora tivesse boa fundamentação, apresentava deficiências estruturais e formava um profissional polivalente.

---

<sup>6</sup> Revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>7</sup> Pareceres nº323/62; nº984/65; nº631/69; nº 1203/77; nº02/78; nº480/83

<sup>8</sup> Resoluções nº11/69; nº03/78; nº 01/79; nº02/84



Essa formação múltipla poderia ser vista como algo positivo até certo ponto. Por outro lado, “poderia representar uma falta de definição das verdadeiras funções dos profissionais de Relações Públicas.” (GOMES, 2014, p.25)

Andrade (1986) apud Cabastré (2008) aponta que o teor do currículo estabelecido na Resolução de 1969 poderia ser considerada desastrosa, vista a situação de recém-graduados em atuação no magistério superior sem qualificação necessária, além das baixas taxas de nível de ensino e da desorganização administrativa. A modificação do currículo, conforme a Resolução nº 03/78, já se baseia nos resultados da formação profissional do currículo anterior.

Em 1972, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Relações Públicas, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. No decorrer do evento, destacou-se a atividade programada da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), que criou a Comissão de Ensino da entidade. Essa representação tinha por objetivo, segundo Cabastré (2008, p.121), de “manter intercâmbio entre as escolas que cuidavam da formação dos futuros profissionais de Relações Públicas e estudar os currículos de graduação e pós-graduação”.

Com a Comissão de Ensino da ABRP, permitiu-se que fosse feito um estudo mais desenvolvido sobre a prática das Relações Públicas no Brasil. As situações apresentadas fizeram com que o CFE reformulasse o currículo para que, assim, o titulado pudesse exercer, em condições favoráveis, as atividades que lhe fossem outorgadas em grau.

Cabastré (2008) ressalta que as lideranças da profissão já enxergavam a necessidade de preparar as próximas gerações de profissionais, devido às mudanças ocorridas na década de 1970, principalmente no ensino secundarista. Ainda assim, a autora afirma que as ações da Comissão tiveram negligências no campo do ensino.

A Resolução nº 03/78, citada anteriormente, traz em seu fundamento a preparação do acadêmico “para influir, como agente de transformação, no processo social, aliando ao processo prático de ensino o fornecimento do instrumental teórico e técnico para os seus futuros encargos profissionais” (CABASTRÉ, 2008, p.121). Os currículos de Comunicação Social passaram a ser norteados para as habilitações em Relações Públicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão e Cinema.

Nesse contexto, o tronco comum, com disciplinas voltadas à área das Ciências Sociais, ainda era requisito a ser formalizado na primeira metade do curso de graduação. Na segunda metade, o curso já dispunha de disciplinas na formação do campo profissional escolhido para cada habilitação.

O novo currículo recebeu, ainda, orientações de ordem metodológica, disciplinando a aplicação prática dos conhecimentos através de projetos

experimentais e estágios profissionais, estes realizados em empresas privadas ou órgãos públicos que mantivessem atividades vinculadas à natureza da respectiva habilitação (CABASTRÉ, 2008, p.122).

De acordo com Ferreira (2014), a Resolução de 1978 trouxe para as Relações Públicas um ganho, já que foi permitida a introdução de temas ou disciplinas relacionadas à área de administração.

A partir de 1981, houve um aumento na produção de teses e dissertações na área de comunicação e a pós-graduação em Comunicação Social, pelo Brasil, ganha mais impulso, pela geração de produção considerável, quanti e qualitativamente.

Cabastaré (2008) pontua esse momento como uma nova fase, colocada pela autora como mais fundamentada e científica, visto que o aumento de produção acadêmica de mestrado e doutorado trouxe estudos mais aprofundados para a discussão teórica das Relações Públicas, feito por pesquisadores que atuavam na área docente. Consequentemente, houve um aumento na produção literária nacional. Neste momento, a área de relações pública mostra um desenvolvimento exponencial, que se mantém até os dias atuais, frente às mudanças sociopolíticas do nosso país.

Em 1984, fora fixado mais um currículo mínimo para o curso de Comunicação, para as habilitações em Relações Públicas, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Rádio e Cinema. De acordo com a aprovação da Resolução nº 02/84, o currículo estabelecia disciplinas categorizadas no tronco comum, que poderiam ser distribuídas ao longo do curso.

Nesta versão curricular passou a ter exigência de instrumental, uso das novas tecnologias de comunicação (à época), o aumento da carga horária de disciplinas e o fortalecimento do ensino da língua portuguesa.

Autores como Serra (2008) e Kunsch (1986) apontam que este currículo deixava mais rígida a divisão dos campos teórico e prático, o que poderia ser uma questão a refletir. Cabastaré (2008, p.127) destaca a pontuação feita por Serra ao enxergar o processo como um todo, em que

de um lado a teoria básica é estabelecida sem levar em conta aquilo que será invocado na profissionalização e por outro lado, a profissionalização faz tábula rasa do básico, pouco incorporando seus conceitos e investindo, ao contrário, em ideias e propostas que não haviam sido anteriormente exploradas.

Neste pensamento, Serra ainda pontua uma problemática na aplicação desse currículo, que é a postergação do tempo para que o aluno atinja o conhecimento específico, uma vez que todas as disciplinas do tronco comum eram realizadas durante a primeira metade do curso de

graduação. Para o autor, isso afeta no desejo imediato, do estudante, de acesso às práticas de comunicação e a não-preparação devida deste aluno que ingressa no mercado, por meio de estágios e empregos. Além disso, considera que a teoria não é, necessariamente, uma parcela somada ao desenvolvimento prático do acadêmico, mas sim, um momento que gera reflexões, pensamentos críticos e livre imaginação.

Ainda no período de vigência do currículo de 1984, Cabastré (2008) aponta que importantes entidades contribuíram para o desenvolvimento e consolidação das discussões das práticas de Relações Públicas, como a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Por meio dos seus congressos anuais, a INTERCOM criou grupos para cada habilitação da área e, assim, as questões de ensino, pesquisa e mercado de trabalho fossem discutidas de forma profunda.

Atualmente, encontra-se em vigência a Resolução nº 02/13, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Nacionais para o curso de Relações Públicas. O documento foi elaborado pela Comissão de Especialistas instituída por meio da Portaria nº 595, de 24 de maio de 2010 - MEC/SESu, formada pelos professores Margarida Kunsch, Cláudia Peixoto de Moura, Esnel José Fagundes, Márcio Simeone Henriques, Maria Aparecida Ferrari, Paulo Nassar e Ricardo Freitas.

A atual Resolução institui, no inciso I, do parágrafo 1º, do Art. 3º, o estabelecimento de componentes curriculares obrigatórios e optativos para os projetos políticos-pedagógicos de Relações Públicas que formem profissionais generalistas, que sejam capazes de “atuar nas áreas de comunicação nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, por meio do estabelecimento de políticas, estratégias e instrumentos de comunicação e relacionamento (BRASIL, 2013, p.2)

Já o parágrafo 2º, no Art. 3º, estabelece que os cursos devem estabelecer ações pedagógicas que visem o desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade social e profissional sob os seguintes princípios

I - consideração para com os aspectos sociais, culturais e relacionais na interação com os públicos, na política, no planejamento e nas ações da comunicação organizacional; II - reflexão e crítica junto com os processos comunicativos, produzindo conhecimentos e práticas adequadas às mudanças e demandas, sem perder a ênfase nos interesses da sociedade; III - preocupação com a formação humanística, crítica e ética e com a formação multidisciplinar; IV - adoção de linhas de formação condizentes com as demandas sociais das instituições, sua vocação e sua inserção regional e local.

Já o perfil do egresso de Relações Públicas é instituído com base no Art. 4º, que deve ter uma formação ética, humanística, crítica e reflexiva, seguindo as características de

I - capacidade acurada de análise conjuntural, de forma que se lide quantitativa e qualitativamente com dados estatísticos, econômicos e sociais, transformando-os em indicadores para a elaboração de políticas de comunicação; II - percepção das dinâmicas socioculturais, tendo em vista interpretar as demandas dos diversos tipos de organizações e dos públicos; III - compreensão das problemáticas contemporâneas, decorrentes da globalização, das tecnologias de informação e da comunicação e do desenvolvimento sustentável necessária ao planejamento de relações públicas; IV - entendimento do campo técnico-científico da comunicação, capaz de estabelecer visão sistêmica das políticas e estratégias de relacionamentos públicos; V - capacidade de liderança, negociação, tomada de decisão e visão empreendedora

A formação profissional de Relações Públicas, no curso de graduação, deve ser organizada em quatro eixos: Formação Geral, Formação em Comunicação, Formação em Relações Públicas e Formação Suplementar. É importante salientar que toda a construção de Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) devem seguir as orientações e normas apresentadas, criando atividades acadêmicas que possibilitem o desenvolvimento das competências esperadas.

### 3 COMUNICAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E DIVERSIDADE

A abordagem dos temas comunicação, sustentabilidade e diversidade traz, para o campo do debate, assuntos aparentemente distintos, porém interligadas e complementares em muitos aspectos.

A comunicação é uma importante ferramenta na promoção da sustentabilidade e da diversidade. A comunicação inclusiva e diversificada pode ajudar a garantir que a mensagem chegue a um público amplo e diverso. Além disso, a forma de comunicação pode ajudar a sensibilizar a opinião pública e mudar comportamentos para um desenvolvimento mais sustentável.

Entretanto, existem desafios na garantia de que a comunicação seja realmente diversificada e inclusiva, visto as questões representativas, seja de gênero, de etnia, de sexualidade etc., ainda sejam insuficientes, bem como as questões de sustentabilidade serem abordadas de forma superficial ou limitada.

O objetivo deste capítulo é entender pontos comuns que levam ao entendimento sobre a comunicação, sustentabilidade e diversidade.

#### 3.1 Comunicação e Sustentabilidade

A discussão sobre sustentabilidade tornou-se mais importante nos tempos recentes, já que sempre traz à tona questões como o futuro da sociedade e o equilíbrio entre o ambiente e seus meios.

Embora sempre vista sob a ótica do ambiental, a sustentabilidade é uma abordagem que busca equilibrar, também, as necessidades econômicas e sociais, como uma forma de assegurar a continuidade de recursos para as próximas gerações. Para Veríssimo *et.al* (2013), o tema é uma preocupação coletiva e uma necessidade de vida para a preservação do ser humano e da humanidade, embora pessoas e organizações ainda não se atentem à questão da forma real e adequada.

Ao tratar de sentido, o termo sustentabilidade pode ser definido como

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação dos seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões. (BOFF, 2012, p. 14).

Outros autores, como Freitas (2012), definem o termo como um princípio institucional determinante para definir responsabilidade do Estado e da sociedade pelo desenvolvimento

material e imaterial, de forma inclusiva, durável e igualitária, a fim de assegurar o direito ao bem-estar, tanto no presente quanto no futuro. Para Cunha e Aires (2015), a sustentabilidade envolve questões de geração de lucro e criação de políticas estratégicas de ações que se alinhem ao plano de negócio da organização. Já Maio (2015) acredita que os conceitos de sustentabilidade suportam, geralmente, variações ancoradas ao tripé do “economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo”.

Toda essa discussão acerca da sustentabilidade tem início ainda na década de 1960, quando questionamentos e insatisfações ligadas às questões ambientais passaram a se tornar mais presentes. Lira (2014) aponta que a publicação da obra “A Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, no ano de 1962, traz uma resposta às ações e discursos das empresas, evidenciando as destruições da vida selvagem por conta do uso de pesticidas. Foi essa obra, também, que trouxe a discussão dos meios científicos para a sociedade em geral.

Ulsen (2012) pontua que as discussões sobre a causa ambiental eram mais debatidas em determinados grupos, mas sempre voltada a uma vertente específica, uma vez que outras áreas da sociedade, como social, trabalhista e econômica eram consideradas mais graves e, conseqüentemente, seriam prioridades.

Foi somente na década de 1970, que a questão ambiental passou a ter mais amplitude nas discussões. No ano de 1972, influenciada pelo impacto da obra de Carlson (1962), foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia. Esse evento, que contou com a participação de mais de 100 países, trouxe um discurso mais opositor ao crescimento econômico, questionando como essas ações impactavam, realmente, no ambiente. Lira (2014) discorre que o resultado mais tangível deste evento foi a criação do Programa Ambiental da Organização das Nações Unidas (ONU), mas que também foi produzida uma declaração, uma lista de princípios e um plano de ações que não tinham forças de lei, mas que representavam a posição dos países desenvolvidos. A autora completa que o documento

pretendia ser uma inspiração para que ambientalistas e estadistas agissem de forma a alcançar tais princípios. Embora tenha tentado forçar um compromisso entre as diferentes percepções ambientais de países ricos e pobres, foram poucos os resultados concretos (LIRA, 2014, p.113).

Mesmo com um evento de mesma finalidade sendo realizado somente no ano de 1992, nesse ínterim, as discussões continuaram a serem debatidas e um marco para a construção do que pode se entender como sustentabilidade aconteceu no ano de 1987. A publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, traz o conceito de desenvolvimento sustentável, que se valida até os tempos

mais recentes: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

Essa definição, segundo Lira (2014), traz à discussão prós e contras de sua real interpretação, uma vez que há autores<sup>9</sup> que reconhecem a importância deste discurso apresentado no relatório enquanto outros autores<sup>10</sup>, em contrapartida, apontam que este “tenta gerar um consenso a respeito dos problemas ambientais, ao mesmo tempo que tenta apagar as várias vozes existentes a respeito do uso de bens naturais” (LIRA, 2014, p.116).

Ulsen (2012) discorre sobre outros marcos importantes na discussão sobre ambiente, como a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecido como Eco 92, em 1992, sediada no Rio de Janeiro, e a assinatura do Protocolo do Kyoto, em 1997. Neste mesmo ano, marca-se a criação do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Para o autor, essas e outras ações e eventos foram bases para o desenvolvimento do que se pauta sobre sustentabilidade e suas correlações.

Na discussão sobre sustentabilidade, hoje em dia, deve-se levar em consideração a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criadas pela ONU, em 2012, em forma de ações que superem as principais mazelas ambientais, políticas e econômicas mais emergentes que o mundo enfrenta. Ao todo, são 17 objetivos que se interligam quando cumpridos. Destaca-se, para este trabalho, os objetivos 1, 5 e 10, que tratam sobre a erradicação da pobreza, igualdade de gêneros e a redução das desigualdades, respectivamente. Esses pontos são pautas diretamente ligadas às questões de diversidade, quando relacionadas, principalmente, aos casos de preconceitos em relação à gênero, etnia, classe social e sexualidade.

Todas essas questões destacadas acima são colocações pertinentes para o valor da sustentabilidade nos tempos atuais. Diante de tantas situações que envolvem o atual modelo de desenvolvimento econômico – que resulta em desigualdades sociais e a destruição do meio ambiente – o discurso da sustentabilidade se torna complexo e desafiador para as organizações.

A pauta em si é mais presente nesses ambientes a partir do século XXI, conforme apontado por Ulsen (2012), que também destaca a cobrança mais impositiva vinda pela sociedade para que essas organizações, sejam elas públicas, privadas ou mistas, tomem um posicionamento mais responsável nas suas ações, sob as óticas do social e do ambiental. Kunsch

---

<sup>9</sup> Dias (2012)

<sup>10</sup> Boff (2012), Leff (2010), Montibeller-Filho (2008)

(2003) complementa esse pensamento ao colocar que os aspectos sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, ecológicos e culturais são as variáveis que interferem enormemente na vida organizacional. Por isso, Lira (2014) diz que as organizações precisam estar alinhadas, discursivamente, com essas variáveis para interagir com o público e assim, garantir sua sobrevivência.

Para Ulsen (2012), o discurso da sustentabilidade nas organizações é sempre uma tendência, sendo este momento mais propício para que a adoção de práticas mais justas seja feita o quanto antes possível. O autor completa o seu pensamento apontando que investir em sustentabilidade pode ocorrer pela oportunidade, já que as organizações desejam agregar valor às suas marcas e suas identidades.

De acordo com o Guia de Comunicação e Sustentabilidade, do CEDBS, as principais tendências da sustentabilidade seguirão os passos do que prevê a Agenda 2030, dentre elas estão os temas relacionados à proteção e promoção de direitos, com o respeito aos Direitos Humanos e o combate à desigualdade de oportunidades.

Nesse contexto, insere-se às discussões, bem como implementação de ações que promovam a diversidade. Até lá, a comunicação e o profissional de Relações Públicas buscam trabalhar essas pautas a fim de manter seu principal objetivo de trabalho: o bom relacionamento adequado da organização com seus públicos de interesse.

### **3.2 Comunicação e Diversidade: conceito e características**

A diversidade é um tema muito presente dentro dos campos das ciências humanas e sociais, principalmente por contribuir com o entendimento e posicionamento do indivíduo dentro de um ambiente coletivo, como a sociedade. Compreender o seu conceito é englobar pautas como gêneros, identidades, sexualidades, etnias, culturas, crenças e tantas outras que se diferenciam na construção social de um grupo de indivíduos.

Fleury (2000) aponta que a diversidade é tida como uma pluralidade de indivíduos distintos que interagem num mesmo espaço social e deve considerar diversos aspectos, como graus de instrução, origem e, até mesmo, a língua.

Outra autora, Saji (2005), corrobora o conceito, apontando a diversidade como algo abrangente e que se deve considerar todas as particularidades dos indivíduos e “dependendo da capacidade que se tem de separar os grupos de uma sociedade, a sua definição pode ficar bastante restrita, considerando-se apenas um grupo formado por maioria e outro pelas minorias” (SAJI, 2005, p. 13).



Ao buscar o conceito aplicado no dicionário Michaelis (2023), a palavra diversidade se conceitua, entre posições positivas e negativas, como divergência, variedade, oposição etc. Porém, uma das suas definições que pode ser destacada é a multiplicidade.

É a partir dessa multiplicidade que se permite a convivência entre pessoas de gêneros, etnias, crenças, línguas e tantas outras variáveis diferentes, em um mesmo espaço. Na teoria, essa divisão aplica-se de forma cabal e evidencia a existência de uma relação adequada e saudável entre esses indivíduos.

Na prática, sabe-se que a diversidade toma um outro rumo e se torna um ponto de um polêmico debate. Em um mundo com 8 bilhões de pessoas<sup>11</sup>, que habitam em diferentes realidades, o que pode ser considerado diverso se choca com construções culturais de determinadas sociedades, causa estranheza e, até mesmo, sentimentos de distanciamento e repúdio dessa nova natureza.

Na realidade do Brasil, que tem mais de 207 milhões habitantes<sup>12</sup>, aprende-se, por meio da cultura popular, que vivemos num país plural, diverso e com pessoas de todos os tipos, jeitos e formas. Também se reforça a imagem da boa receptividade e do calor humano. A própria Constituição Brasileira, em seu Art. 5º, estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Sob olhar prático e de vivência social, sabe-se que essa pluralidade não é aplicada de forma adequada, uma vez que os altos índices de discriminação e preconceitos se perduram à base de um conceito tradicional de indivíduo, conforme dados apresentados pelo Instituto Locomotiva<sup>13</sup>, que mostram um país em que 84% das pessoas percebem o racismo, embora somente 4% se considere preconceituoso. Tudo isso, evidencia a estruturação do racismo no país, não obstante de práticas discriminatórias com outros grupos.

Se o país fosse uma persona, hoje, de acordo com dados oriundos de pesquisas censitárias do IBGE, esta seria uma mulher preta, que vive com cerca de ½ a 1 salário-mínimo por mês para se sustentar. Até 2030, essa persona já fará parte do quinto país mais idoso do

---

<sup>11</sup> Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/mundo-chega-a-8-bilhoes-de-habitantes-com-populacao-idosa-em-crescimento/>. Acesso em 09 fev. 2023

<sup>12</sup> Este é um dado projetado pelo IBGE, de acordo com os dados coletados pela instituição no Censo 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64170957#:~:text=No%20apagar%20das%20luzes%20de.207%2C8%20mil%C3%B5es%20de%20habitantes>. Acesso em 09 fev. 2023

<sup>13</sup> Disponível em <https://exame.com/negocios/no-brasil-84-percebe-racismo-mas-4-se-considera-preconceituoso/>. Acesso em 09 fev. 2023

mundo. Os dados do IBGE, mesmo com o censo defasado<sup>14</sup>, mostram que a população majoritária do Brasil é composta por mulheres, que correspondem a 52,4% do povo brasileiro. Além disso, a população preta<sup>15</sup> do país é equivalente a pouco mais de 54%<sup>16</sup>. No ano de 2022, o IBGE divulgou o primeiro levantamento sobre a população LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Agêneros e Pansexuais) que traz o quantitativo de quase 3 milhões de pessoas que se declaram parte da comunidade (principalmente como homossexuais e bissexuais).<sup>17</sup>

Pérsigo e Athaydes (2019) apontam que cada segmento dessa sociedade contribui para uma construção com seus valores, sentimentos e experiências, seja de forma positiva ou negativa. É possível inferir, a partir dessas informações, que a diversidade abrange muitas particularidades que, muitas vezes, não são visibilizadas pelo indivíduo desta sociedade mais contemporânea. Essas variáveis indicam que a grande predominância do país é de pessoas que são apontadas como grupos minoritários.

Dentro de grupos sociais, a diversidade também fala sobre relações de poderes e confronta questões como: quem tem ou pode ter acesso à informação, formação educacional, de personalidades, funções e outros.

Ao olhar a realidade do Brasil, vê-se que o país emergiu de uma invasão de pessoas brancas europeias e adota, desde o seu “descobrimento”, um regime de escravidão e o uso de mão-de-obra barata. Ainda é comum lidar com práticas como essas, nos dias de hoje. Mesmo que de forma não tão explícita, conhecem-se casos de preconceitos e discriminações que resultam, até mesmo, na perda da vida do indivíduo pela sua simples condição de existir.

Embora a sociedade cultue que somente um tipo de pessoa pode deter o poder, enquanto outras se subordinam às suas condições, processos sociais como feminismo, etarismo, racialidade, sexualidade, vem na contramão, como posicionamentos fundamentais que buscam construir uma equidade social.

Esse movimento, hoje em dia, já garante algumas condições que levam ao seu objetivo final, que é o da equidade. No Brasil, por exemplo, a prática de políticas afirmativas é uma realidade que permite o acesso de pessoas, marginalizadas ao processo social, a itens básicos

---

<sup>14</sup> O Censo é um estudo estatístico que possibilita entender o funcionamento social de um país por meio de dados recolhidos de homens e mulheres, de todas as idades, com informações sociais a respeito de seu modo de vida. Aqui no Brasil, o Censo é realizado a cada dez anos. Devido à situação de pandemia da Covid-19, o trabalho foi iniciado, somente, no ano de 2022 a fim de que possibilite entender a real situação do país.

<sup>15</sup> O dado corresponde às pessoas que se autodeclararam pretas.

<sup>16</sup> Disponível em <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em 24 jul. 2022

<sup>17</sup> Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em 24 jul. 2022

de sustentação como educação e emprego, por exemplo. Segundo Gomes (2005), o uso dessas políticas se justifica como adoção de medidas que visam atingir objetivos, até então inalcançados, para a promoção social e o combate à discriminação, com o intuito de promover os princípios da diversidade e do pluralismo.

O autor ainda completa dizendo que a concretização de políticas afirmativas figura um objetivo de transformar a ordem cultural, pedagógica e psicológica da sociedade: a de que existe uma supremacia e uma subordinação de raças em relação a outra, bem como as de gênero (homem e mulher).

Sales (2016) aponta que os debates sobre diversidade, com avanços significativos nessa questão, é algo que vem crescendo, mas ainda é um tema que gera distanciamento por parte de algumas pessoas, o que dificulta a difusão das práticas e do entendimento sobre o assunto. Na opinião do autor também complementa que não se tem um panorama de como essa discussão teve início no nosso país.

Embora haja divergências de alguns autores sobre como essa discussão iniciou aqui no Brasil, é ponto de concordância que esse tema toma mais força com o passar dos anos. Embora ela pareça recente, ao olhar para trás, nota-se que é um processo que vem desde muito cedo. Ainda na década de 1960, nos Estados Unidos, já se questionava o motivo de certas camadas sociais serem desprivilegiadas de certos direitos e espaços. Em outros países, a corrente se espalha e, atualmente, é uma agenda explicitamente discutida e levantada como bandeira de luta.

Entender a diversidade é um processo contínuo, que envolve reflexões sociais muito complexas, mas capazes de serem bem analisadas e trazidas ao mundo com ações de equidade e integração. Todo esse discurso também pode chegar aos ambientes organizacionais.

Ainda de acordo com Sales (2016) apud Thomas Jr (2002), foi na década de 1980 que o tema diversidade passou a ser um objeto de gestão nas organizações já que havia preocupações com a questão de representatividade em altos cargos bem como a associação de que resultados seriam mais positivos se houvessem políticas de diversidades implementadas. Nesse momento também, já se faziam treinamentos específicos para atender a demanda.

Porém, o discurso de diversidade foi sendo apropriado mais pelas organizações a partir da década de 1990, mas ganhou mais visibilidade nos últimos dez anos, conforme apontado por Mundy (2015).

Wills (2020) identifica que nesse mesmo período, as organizações têm se esforçado para que, cada vez mais, questões de diversidade estejam mais presentes nos discursos

organizacionais, embora ainda se adote, tanto pelas organizações quanto pelos profissionais, uma definição mais genérica de diversidade.

Falar sobre o tema, em pleno século XXI, deve ser considerado requisito obrigatório frente aos tantos fatores que se tem em mãos, como por exemplo, dados demográficos, vivências e experiências que corroboram a construção histórica do nosso mundo atual.

Montenegro (2020) aborda diversos estudos que conceituam a diversidade dentro da força de trabalho e traz discursos de outros autores que levam em considerações fatores comuns já citados, mas também questões como deficiências, experiências de trabalho e, até mesmo, características psicológicas, questões hierárquicas e experiências subjetivas de cada indivíduo.

A sociedade passou a cobrar mais posicionamentos das organizações. Movimentos dados como minoritários vem em contramão ao que, por muitos anos, é taxado como correto e moral e destacam, nas suas agendas, as pautas necessárias para que o mundo passe a respeitar mais o coletivo.

Dessa forma, as organizações tendem a ouvir mais sobre essas questões e, de algum modo, buscam colocar em práticas ações mais afirmativas que não discriminem indivíduos e suas particularidades, embora isso seja apontando por Peruzzo (2019) como uma forma de lucro por meio de desempenho e reputação da sociedade, uma vez que a organização corresponderia às pressões sociais.

Mundy (2015) considera que a gestão deste discurso é trabalho do profissional de relações públicas, uma vez que este é o responsável pelos relacionamentos organizacionais. Lira (2020) endossa essa perspectiva ao afirmar que o profissional de RP tem por obrigação dialogar com todos os grupos e, assim, estabelecer uma política de relacionamento que interesse tanto a organização quanto seus públicos, principalmente o interno.

São inúmeras as variáveis que o profissional de relações públicas deve considerar dentro do seu planejamento estratégico. Ainda na parte de pesquisa, é preciso identificar se os colaboradores compreendem do que se trata e abordar a diversidade no seu contexto geral, bem como no contexto organizacional, além de questões que se relacionam a sentimentos de pertencimento, de inclusão ou de exclusão, individualidades, projeções etc. É a partir desses dados que se torna possível exercer alguma ação efetiva que traga o discurso da diversidade para os colaboradores.

Ao refletir sobre o papel do profissional de relações públicas no mercado de trabalho, suas funções básicas e técnicas arroladas, entende-se que, em tese, essas atividades são desenvolvidas ainda no ambiente acadêmico a fim de que a formação deste futuro profissional

garanta um retorno positivo para sua atuação. Para compreender mais sobre o assunto, é preciso voltar à base e entender como os cursos e universidades têm se abordado essa questão.

A universidade é uma instituição que necessita acompanhar as mudanças sociais para que as discussões e formações feitas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, estejam atualizadas às demandas que a sociedade apresenta. Por tal fato, os cursos de graduação sempre necessitam passar por reformulações em seus projetos político-pedagógicos e currículos a fim de atender as necessidades ali expressadas.

Ao longo do dia a dia, entram em choque de debates, conflitos e diálogos, as pautas de gênero, sexualidade, etarismo, etnias, crenças, vivências e afins. É importante que essas discussões entrem nas salas de aulas e virem objetos de discussão e estudo por parte de professores e estudantes. Na comunicação, especificamente nas relações públicas, isso toma mais força, uma vez que o trabalho envolve a construção e manutenção de relacionamentos entre públicos.

No mesmo contexto, é necessário atentar se as diretrizes curriculares já estão abertas a trazer essa discussão para as formações dos discentes. Mesmo que timidamente, nota-se que esses parâmetros já indicam a discussão da temática, com a criação de disciplinas que explicitem e incitem o debate e a formação acerca do tema.

Coloca-se em questão a construção dos currículos dos cursos de graduação em Relações Públicas e as habilidades e conhecimentos que o aluno necessita adquirir antes de entrar na prática de sua profissão.

A necessidade de disciplinas que abordam a comunicação e diversidade nos cursos de RP têm se tornado mais evidentes, frente ao crescimento e reconhecimento das ações mais presentes dentro das organizações.

De acordo com a pesquisa realizada por Pérsigo e Athaydes, em 2019, cerca de 71,4% de profissionais já inseridos no mercado consideram extremamente importante a diversidade no ambiente de trabalho. Ainda nessa pesquisa, aponta que 18,9% desses profissionais concordam que a pauta pode ser conflituosa se não trabalhada de forma adequada e planejada.

A diversidade se aponta, cada vez mais, como um novo direcionamento, que traz para o campo das ideias, as vivências e realidades de grupos considerados, pela própria sociedade, de contramão, e possibilita, para o campo das práticas, uma oportunidade de reconhecimento e pertencimento desses grupos, uma vez que fazem parte da sociedade tanto quanto outros grupos sociais.

Portanto, é de fundamental importância considerar a Comunicação e Diversidade como uma disciplina do curso de RP, uma vez que esse profissional é inserido no mundo da comunicação, que é praticada de diversas formas.

A comunicação influencia diretamente na oportunidade de conhecimento de culturas diferentes e se influencia por ela. A necessidade, hoje, de se possuir o conhecimento básico sobre Comunicação e Diversidade pauta a formação de um profissional de Relações Públicas conforme exigido pela Resolução nº 2, de 27 de setembro de 2013, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Públicas no Brasil, constantes nos incisos I e III, do parágrafo 2º, Art. 3º do referido documento, bem como o Art. 4º, que trata do perfil do egresso.

## 4 A COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

### 4.1 A inserção da Comunicação e Diversidade nas instituições de ensino no Brasil

A primeira fase resultou no levantamento quantitativo de cursos de Relações Públicas em atividades no Brasil, que estão registrados no portal do MEC<sup>18</sup>, para que, posteriormente, tivesse acesso aos portais ou sites de cada instituição de ensino, nos quais as matrizes curriculares<sup>19</sup> dos cursos estivessem disponíveis para análise e, assim, atender o objetivo de identificar a presença da Comunicação e Diversidade (C&D) como disciplina ou não.

De acordo com os dados do portal do MEC, atualmente, existem 92 (noventa e dois) cursos de Relações Públicas ou Comunicação Social - Relações Públicas cadastrados no país, no grau de bacharelado, sejam nas modalidades presencial ou a distância, que estão classificados como “em atividade”. Os dados fornecidos pelo portal do MEC são utilizados como base para esta pesquisa, uma vez que todas as instituições de ensino superior (IES) dependem de autorização do Ministério para funcionar.

Ao realizar a pesquisa individual, nos portais e sites das instituições de ensino, identificou-se que essa lista não está totalmente atualizada, uma vez que apresenta as seguintes situações: 14 (quatorze) cursos, embora estejam regulamentados junto ao MEC, não iniciaram, efetivamente, as suas atividades e oito cursos não se encontram mais disponíveis.

Ainda nessa análise, identificaram-se que instituições pertencem à mesma mantenedora, oferecendo o curso na mesma modalidade (a distância), o que disponibiliza ao estudante a mesma matriz curricular. Há também o caso de uma instituição que oferece o curso em seis unidades diferentes, porém com a mesma matriz curricular.

Do quantitativo até então analisado, somente nove não disponibilizaram a matriz curricular em seus portais ou sites, o que impossibilitou a contabilização destes para a análise. Portanto, para esta pesquisa, os dados foram analisados com o quantitativo de 57 (cinquenta e sete) cursos de Relações Públicas ativos no país.

Dentro do universo em análise, constatou-se que, somente, cinco instituições oferecem disciplinas que abordam diretamente o tema Comunicação e Diversidade, conforme apresentado no quadro 1.

---

<sup>18</sup> Disponível em <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 09 ago. 2022.

<sup>19</sup> Esse método foi possibilitado devido à Portaria nº. 2.864, de 24 de agosto de 2005, do Ministério da Educação, que estabeleceu que todas as instituições de ensino superior devem tornar públicas e manter atualizadas, em página eletrônica própria, as condições de oferta dos cursos por elas ministrados, incluindo o “programa de cada curso oferecido e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação”.

Quadro 1. Cursos de Relações Públicas que abordam diretamente a Comunicação e Diversidade nas disciplinas

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Unidade Federativa</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Semestre/Série</b>	<b>Carga Horária</b>
Universidade Federal do Alagoas	AL	Comunicação, Culturas e Diversidades Étnico-Sociais	1º (Noturno) / 2º (Diurno)	80h
Universidade de São Paulo	SP	Comunicação, Cultura e Diversidades Étnico-Sociais	Optativa	60h
Faculdades Integradas Hélio Alonso	RJ	Diversidade e Cultura	1º	60h
Universidade Feevale	RS	Laboratório de Comunicação Organizacional e Diversidade	5º	80h
Universidade Federal do Paraná	PR	Comunicação e Diversidade	Optativa	30h

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Além dessas cinco instituições, mais 11 (onze) oferecem disciplinas com conteúdos relacionados à diversidade, abordando temas voltados à cultura, multiculturalidade, gênero, etnia e raça, entre outros. Algumas dessas instituições ainda trabalham o tema como unidade temática ou subitem, como os casos das Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), que oferta a disciplina “Comunicação, cidadania e diversidade sociocultural”, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que oferta a disciplina “Seminário Étnico-Raciais”, e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), com a disciplina “Sociologia contemporânea e diversidade”.

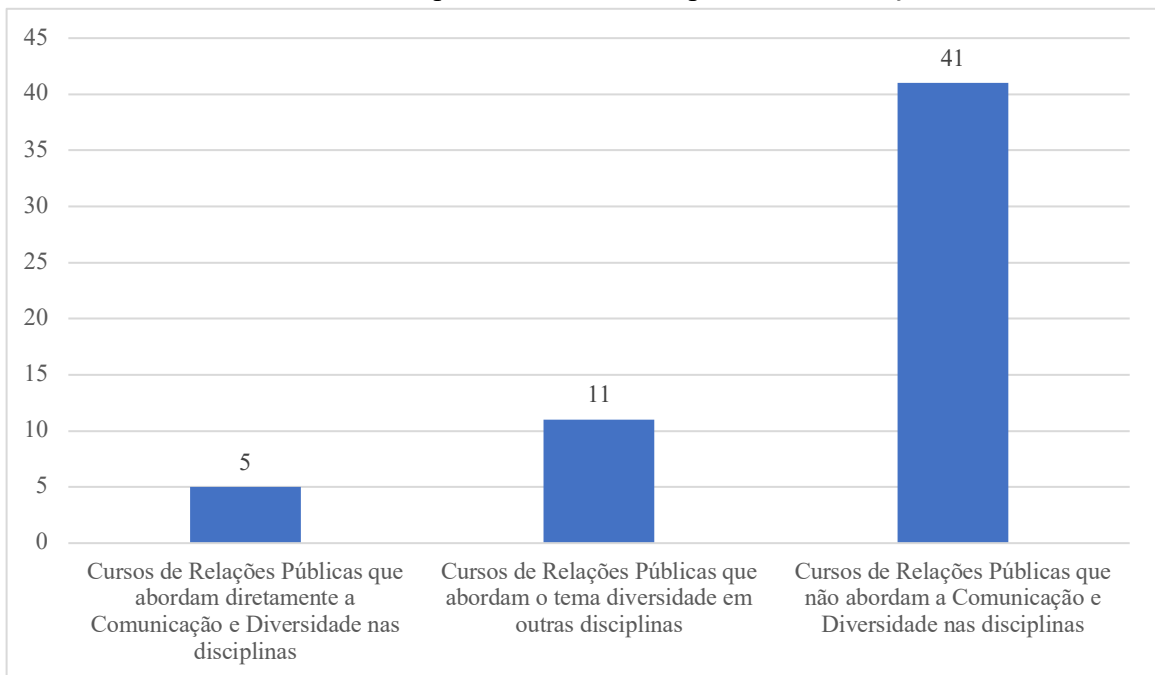
Embora as Diretrizes Curriculares Nacional do curso de RP requeiram que o egresso tenha a percepção das dinâmicas socioculturais, para que se interpretem as demandas dos vários tipos de organização e públicos, apenas 16 (dezesesseis) das 57 (cinquenta e sete) instituições



ativas oferecem a disciplina que aborde direta ou indiretamente as questões de Comunicação e Diversidade, conforme apresentado no gráfico 1.

Destaca-se que essas Diretrizes se encontram em vigência há quase 10 anos e, dentro desse período, as IES teriam o prazo máximo de dois anos, após a publicação do documento, para adequarem as suas matrizes às demandas apresentadas. Analisando em porcentagem, somente 9,12% das instituições oferecem conteúdos relacionados ao tema desta pesquisa, sendo 2,85% de forma direta e 6,27% de forma indireta.

Gráfico 1. Quantidade de cursos que oferecem a disciplina Comunicação e Diversidade



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Conforme, ainda, as informações apresentadas no Quadro 1, as IES que oferecem, diretamente, a disciplina de C&D apresentam alguns pontos que podem ser destacados. A primeira é quanto à forma de oferta da disciplina na matriz curricular.

Do quantitativo total, três estão dispostas no quadro de disciplinas obrigatórias: sendo a Universidade Federal do Alagoas (UFAL), ofertando-a no 1º ano de graduação (sendo no 1º semestre para o curso diurno e no 2º semestre para o curso noturno) e as Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA), que oferta a disciplina logo no 1º semestre do curso, ou seja, no ingresso do estudante na academia. A Universidade Feevale oferta a disciplina no 5º período, quando o aluno já concluiu, no mínimo, 50% do curso. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Universidade de São Paulo (USP) dispõem das disciplinas no quadro de optativas,

em que o aluno, em qualquer período, pode optar por cursar a disciplina, se essa estiver em oferta pelo curso no semestre em vigência.

Visto isso, é possível inferir que a abordagem do tema diversidade pode ser apresentada de formas diferentes na estruturação do eixo formador do aluno. Nos casos da FACHA e da UFAL, o aluno acessa a disciplina, concomitantemente, às disciplinas elencadas no Eixo de Formação Geral, que são baseadas em conhecimentos das Humanidades, Filosofia e Ciências Sociais, consideradas essenciais para o entendimento da temática de forma mais profunda e ainda não tem um entendimento perdurável sobre as relações públicas. Dessa forma, o tema pode ser entendido pelo aluno em um caráter mais elementar que, possivelmente, pode auxiliá-lo em trabalhos práticos de disciplinas futuras pertencentes aos eixos de Formação em Comunicação e de Formação Específica em Relações Públicas.

Já na Universidade Feevale, que oferece a disciplina no 5º período, tende-se a ter uma facilidade em desenvolver o conteúdo da disciplina, uma vez que as disciplinas da Formação de Eixo Geral já foram acessadas e algumas disciplinas da área específicas também foram trabalhadas, possibilitando o conhecimento mais plausível sobre as relações públicas por parte do estudante.

Outro ponto a ser destacado nesta análise é quanto à carga horária das disciplinas. Cada instituição é amparada pelo Parecer CNE/CES nº 85/2013, que determina que os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) podem definir suas linhas de formação próprias, que condizem com as demandas de cada realidade social, bem como a inserção regional e local e a construção do perfil de egresso, o que afeta na escolha da disciplina e da sua carga horária.

As cargas horárias das cinco instituições são significativamente diversificadas, sendo possível identificar que cada curso reflete suas diferenças identitárias no destaque das disciplinas em suas matrizes. As IES fazem parte, majoritariamente, da região Sul, que é fortemente influenciada por culturas europeias, que tendem a ser mais tradicionais e conservadoras.

A Universidade Feevale e a UFAL são as instituições que se destacam neste quesito, pois são as que detêm maior carga horária de disciplina (80h). Em específico, o caso da Feevale que trabalha a disciplina em formato laboratorial, o que se dá a entender que existe uma parcela da carga horária destinada às atividades práticas obrigatoriamente.

Na USP e na FACHA, as disciplinas apresentam a carga horária de 60h, que pode ser considerada uma média favorável em relação as demais disciplinas das matrizes curriculares.

Já na UFPR, a disciplina é colocada, somente, com uma carga horária de 30h. Por se tratar de uma disciplina ofertada na estrutura de optativas, infere-se que as discussões acerca do

tema sejam feitas a níveis teóricos, visto que as referências dispostas na bibliografia trazem discussões da área de antropologia.

Como dito anteriormente, as disciplinas estão mais predominantes em IES da região Sul, seguida da região Sudeste. Esta questão também é identificada na análise dos cursos que abordam o tema diversidade em outras disciplinas. Outras 11 (onze) instituições também trabalham o tema, porém não identificadas de forma diretas.<sup>20</sup> Ainda sim, é possível identificar que a discussão do tema está presente em, pelo menos, um estado de cada região geográfica do País, conforme estão relacionadas no Quadro 2.

Quadro 2. Cursos de Relações Públicas que abordam o tema diversidade em outras disciplinas

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Unidade Federativa</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Semestre/Série</b>	<b>Carga Horária</b>
Universidade Federal do Amazonas	AM	Comunicação e Sustentabilidade	2º	60h
		Tópicos Especiais em Relações Públicas	Optativa	60h
Universidade Estadual de Londrina	PR	Comunicação e Cultura	2ª série <sup>21</sup>	Não informado
Universidade Caxias do Sul	RS	Comunicação e Sustentabilidade	7º	60h
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	SP	Educação em Direitos Humanos: história, cultura e meio ambiente	7º	30h
		Sociologia contemporânea e diversidade	2º	80h
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	RS	Comunicação e Contexto Sociocultural	1º	30h

<sup>20</sup> Para esta análise, considera-se somente abordagem quando a ementa traz uma ou mais variáveis que são colocadas no entendimento sobre diversidade.

<sup>21</sup> O curso de Relações Públicas da Universidade do Estado de Londrina (UEL) divide sua matriz curricular de forma anual.

Universidade Feevale	RS	Internacionalização e culturas	1º	80h
Universidade Estadual Paulista – Júlio Mesquita Filho	SP	Globalização e Relações Interculturais	7º	60h
		Cultura e Sociedade contemporânea		
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	MG	Tópicos Avançados em Relações Públicas	8º	Não informada
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	RJ	Comunicação e Sustentabilidade	7º	60h
Universidade Federal da Paraíba	PB	Cultura Organizacional	3º	60h
		Seminário Étnico-Raciais	8º	60h
Centro Universitário Sul-Americana	GO	Comunicação e Cultura	4º	80h
Universidade Federal do Pampa	RS	Comunicação, cidadania e diversidade sociocultural	6º	75h

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Analisando o quadro, é possível observar que grande parte dessas disciplinas são ofertadas na matriz curricular obrigatória dos cursos de RP e são apresentadas em disciplinas que abordam as questões de cultura e sustentabilidade. Somente duas apresentam-se no quadro de disciplinas optativas, que podem ser de livre escolha do aluno, sendo a da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) apresentada em disciplinas de Tópicos Especiais que, geralmente, são disciplinas de ementas livres para discussões que não estão pertinentes às demais ementas da matriz curricular.

Em média, as disciplinas são ofertadas com carga horária de 60h e nos semestres finais da graduação (a partir do 6º período), o que indica que a discussão sobre a temática, mesmo que inserida em um tema mais amplo, pode ser feita de uma forma mais consistente, já que o aluno, em tese, concluiu mais que 60% do curso. As regiões Norte e Centro-Oeste são as únicas em

que o tema é discutido em instituições de um único Estado, sendo o Amazonas e Goiás, respectivamente.

Destaca-se que a Universidade Feevale também compõe esse quadro, com uma disciplina ofertada ainda no 1º período do curso, que fala sobre questões de internacionalização e culturas, destacando o diálogo sobre multiculturalismo, que serve de base teórica para a disciplina laboratorial ofertada mais a frente e que aborda diretamente sobre o tema C&D.

Ao analisar os dados coletados, é possível afirmar que os cursos de Relações Públicas não oferecem disciplinas voltadas a C&D em seus currículos. Dentro do universo da pesquisa, menos de 10% das instituições fazem alguma abordagem ao tema, sendo menos de 1% de forma direta.

Dos poucos cursos que oferecem, a discussão do tema não é feita de forma específica sendo, em muitos casos, um subitem ligado a conteúdos sobre cultura ou sustentabilidade. No geral, são ofertadas a partir do 6º período, onde o aluno já tem um conhecimento mais denso sobre a área e já está na fase final da graduação, envolvidos em estágios e prestes a se formar. Além disso, nota-se uma distribuição concentrada na oferta da disciplina, estando em IES localizadas nas regiões Sul e Sudeste.

Se entender o Brasil como um país múltiplo, é possível concluir que a discussão sobre diversidade ainda é defasada e pode implicar em muitas dificuldades da atuação profissional do egresso de RP no mercado, uma vez que ele terá que lidar com essas questões, cada vez mais presentes nas realidades organizacionais.

## **4.2 O conteúdo das disciplinas**

Das 16 (dezesesseis) instituições que atendem ao requisito da pesquisa, todas disponibilizaram as ementas ou cronogramas das disciplinas por meio dos portais institucionais ou via e-mail, por contato direto com os coordenadores de curso. Cada descrição das disciplinas pode ser vista nos quadros 3 e 4.

Abaixo, no Quadro 3, foram apresentadas as ementas que abordam diretamente a Comunicação e Diversidade.

Quadro 3. Ementas das disciplinas que abordam diretamente a Comunicação e Diversidade

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Nome da Disciplina</b>	<b>Ementa da Disciplina</b>
Universidade Federal do Alagoas	Comunicação, Cultura e Diversidades Étnico-Sociais	Interpretação e construção dos desenvolvimentos complexos da Comunicação na sua interseção com abordagens étnicas. Reflexões sobre: identidade social e identidade cultural; diversidade e sua interseção com a mídia; raça e racismo na comunicação midiática; sexualidade humana e sua representação na comunicação midiática; multiculturalismo; cultura africana e representações midiáticas; diversidades culturais e étnico-sociais nas organizações
Universidade de São Paulo	Comunicação, Cultura e Diversidades Étnico-Sociais	Interpretação e construção dos desenvolvimentos complexos da Comunicação na sua interseção com abordagens étnicas, de grupos sócio acêntricos e etnomialógicos, atendendo as demandas da história plural e das diferentes matrizes culturais da contemporaneidade. O programa contempla as perspectivas da Lei 10.639/2003, que propõe a história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, e introduz ainda as questões das diversidades socioculturais contemporâneas, envolvendo os grupos sócio acêntricos.
Faculdades Integradas Hélio Alonso <sup>22</sup>	Diversidade e Cultura	Ampliar o repertório acerca da diversidade no mundo empresarial e da diversidade na formação social brasileira.

<sup>22</sup> O coordenador do curso de Relações Públicas da FACHA, Prof. Rafael Melo Pereira, destacou que a ementa da referida disciplina, bem como a estrutura do curso, é trabalhada em sala por meio de Metodologias Ativas do Ensino, que se baseiam em atividades de instrução a fim de tornar o acadêmico protagonista da produção do seu próprio conhecimento, sendo divididas em ações que promovem conhecimentos (compreensão, análise crítica e interdisciplinaridade), habilidades (análise, produção, revisão e aplicação) e atitudes (ética, resiliência, aprendizagem contínua e proatividade).

		Compreender as diversas linguagens da mídia online e offline. Reconhecer as linguagens apropriadas para a redação de textos em suportes de mídia. Desenvolver visão crítica das linguagens, tendo por base o estudo da natureza, gênese e função delas para operar com a pluralidade das formas de expressão em mídias impressas, eletrônicas e digitais. Relacionar antropologia, sociologia, cultura, diversidade e design como partes constituintes do conhecimento do profissional de comunicação moderno e contemporâneo. Prototipar peças de comunicação para testar se a linguagem e o design são apropriados para o objetivo estabelecido. Empregar e ter pensamento crítico em relação à variedade e ao estilo de linguagem adequado à situação comunicativa, ao interlocutor e ao gênero textual e/ou digital.
Universidade Feevale	Laboratório de Comunicação Organizacional e Diversidade	Aborda a responsabilidade das organizações empresariais pela questão da diversidade, para além dos resultados e da eficácia organizacional: debate o papel da comunicação para inclusão das pessoas com deficiência no mercado, além de questões de gênero, sexualidade e raça
Universidade Federal do Paraná	Comunicação e Diversidade	Tópicos especiais em comunicação, mídia e diversidade cultural

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

As informações alocadas no quadro 3, referem-se às instituições de ensino superior que oferecem disciplinas sobre Comunicação e Diversidade. Analisando essas informações, é possível identificar que as ementas buscam objetivos comuns, principalmente, na parte em que

aborda a promoção da diversidade dentro das organizações, sendo possível identificar que o papel da disciplina é nortear o aluno para um preparo mais sólido do mercado, porém, as disciplinas apresentam suas particularidades, definidas a partir da linha de formação.

Na FACHA, a disciplina é colocada numa perspectiva mais analítica e crítica, em que o aluno é instigado a observar como a comunicação de produtos, peças e serviços leva em consideração os marcadores sociais de diversidade e propor soluções para que esta comunicação se torne, de fato, mais efetiva e inclusiva. São consideradas tanto as mídias *online* quanto *offline*. Essa proposta de análise abarca os estudos advindos das áreas das ciências sociais (sociologia e antropologia). Em linhas gerais, a disciplina não foca diretamente numa proposta de relacionamento da organização com a empresa, com base nos princípios das relações públicas, mas sim, da publicidade e como isso é impactado na população.

A disciplina na UFAL também tem um foco, dentro da sua ementa, às representações dos marcadores sociais de diversidade na mídia, estudando, até mesmo, a interseccionalidade dessa mídia com a questão da diversidade. Ao final na ementa, é possível destacar que a disciplina trabalha em marcadores étnico-raciais, de forma mais específica.

Na Universidade Feevale, essa abordagem é vista em outra perspectiva. Na disciplina, é possível perceber uma atenção ao tema sem considerar, somente, resultados. Entende-se que o aluno se aprofunda nesta discussão, não apenas considerando se uma organização atinge uma cota quantitativa de marcadores sociais da diversidade, mas sim, como esse trabalho interfere diretamente na cultura organizacional daquela empresa. Eles deixam claro que as atenções se dão as principais variáveis como sexualidade, gênero e raça.

Vale ressaltar que as ementas da Universidade Feevale se encontram disponíveis no portal institucional do curso, porém sem muitas informações adicionais, como referências, objetivos e procedimentos metodológicos. Da mesma forma, a FACHA, que disponibilizou sua ementa por contato com a coordenação de curso, via e-mail.

Um ponto a se destacar dessas ementas é a disponibilizada pela USP, que trabalha, na sua disciplina, as questões étnico-raciais com base no dispositivo da Lei nº 10.639/2003, que estabelece diretrizes para que se inclua estudos sobre a história e cultura afro-brasileira nos currículos de ensino, de forma obrigatória. Embora a Lei abranja somente as instituições de ensino básico (fundamental e médio), é louvável que a instituição se respalde legalmente para abordar sobre a temática.

A discussão sobre a ementa da UFPR, torna-se inconsistente, uma vez que a ementa disponibilizada no portal da instituição não deixa claro as informações sobre conteúdos e objetivos.



Abaixo, no Quadro 4, foram apresentadas as ementas que abordam o tema diversidade.

Quadro 4. Ementas das outras disciplinas que abordam o tema diversidade

<b>Instituição de Ensino Superior</b>	<b>Nome da Disciplina</b>	<b>Ementa da Disciplina</b>
Universidade Federal do Amazonas	Comunicação e Sustentabilidade	Sustentabilidade: histórico, características e críticas aos modelos atuais. Da Responsabilidade Social à Sustentabilidade. <b>Movimentos sociais, organizações e sustentabilidade.</b> Índices de sustentabilidade. <b>Comunicação para sustentabilidade.</b> Relatórios de Sustentabilidade: diretrizes para elaboração e análise crítica
	Tópicos Especiais em Relações Públicas	Conceitos Iniciais sobre raça e etnia. Relações Étnico-Raciais: Racismo, História e Ideologia. <b>Identidade e Identificações (Negritude, Branquitude e Mestiçagem).</b> Epistemologias Afrocentradas e Descoloniais. <b>Movimentos sociais e políticas públicas de ações afirmativas.</b>
Universidade Estadual de Londrina	Comunicação e Cultura	Conceitos de cultura. Cultura Brasileira e suas matrizes Afrodescendentes e Indígenas. <b>Comunicação enquanto processo cultural.</b> Modernidade e pós-modernidade. <b>Identidade e multiculturalismo.</b> Estudos Culturais
PUC Campinas	Educação em Direitos Humanos: história, cultura e meio ambiente	Debate temas relacionados aos direitos humanos, articulando questões históricas e contemporâneas na perspectiva da sustentabilidade ambiental, da <b>sociodiversidade, do multiculturalismo, das relações étnico-raciais e da história e culturas africanas, afro-brasileiras e indígena.</b>
Universidade Estadual Paulista – Júlio Mesquita Filho	Cultura e Sociedade contemporânea	Cultura brasileira e sua visibilidade nas organizações. <b>Mudança cultural e</b>

		<b>democracia brasileira: valores e crenças. Identidade e mediações culturais.</b> Política cultural e regulação estatal. Instrumentos de financiamento da cultura. Indústrias criativas: conceito, possibilidades e limites. Cultura, comunicação e economia criativa.
Centro Universitário Sul-Americana	Comunicação e Cultural	O conceito de Cultura a partir de sua dimensão comunicacional. <b>A construção das identidades, moralidades, do imaginário e das narrativas como processos sociais e comunicativos.</b> Uma observação mais atenta e crítica dos conceitos de Cultura trabalhados pelo senso comum e pela sociedade atual. <b>A Cultura e os indivíduos: relações, intersecções, construções.</b>
Universidade Federal da Paraíba	Seminário Étnico-Raciais	Estudo da História da África e dos africanos. A luta dos negros no Brasil. História e cultura negra brasileira. <b>O negro na formação da sociedade nacional. Resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes a História do Brasil. Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização, de ações afirmativas. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminação</b>
Universidade Federal do Pampa	Comunicação, cidadania e diversidade sociocultural	<b>Indivíduo, sociedade e construção da noção de cidadania na modernidade. O papel da comunicação no contexto social atual e na construção da cidadania.</b> O conceito de democracia. Cidadania e democracia no Brasil. O conceito de comunicação pública. Espaço público contemporâneo e as

		diretrizes da comunicação pública. Democratização da comunicação.
--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

As informações alocadas no quadro 4 referem-se às instituições que oferecem outras disciplinas que abordam o tema de diversidade. É importante ressaltar que, nem sempre, a nomenclatura “diversidade” é explícita na ementa, podendo desenvolver assuntos relativos às questões de sexualidade, gênero, etnias e raças etc.

Em geral, as discussões sobre o tema são alocadas como subitens de um tema mais amplo, voltado à cultura ou sustentabilidade.

É possível inferir, a partir disso, que essas disciplinas, em geral, buscam direcionar a um único marcador social de diversidade, não ampliando as discussões acerca de outros marcadores e, possivelmente, do tema em si. Ainda sim, estas disciplinas enquadram-se no objetivo desta pesquisa uma vez que a apresentação de um marcador social já pode ser considerada objeto deste estudo.

#### **4.3 Proposta de disciplina ‘Comunicação e Diversidade’ para o curso de Relações Públicas da UFAM**

O curso de Relações Públicas da UFAM é oferecido desde ano de 1977, na modalidade presencial, com o grau de bacharelado, sendo o único curso ativo na Região Norte do país. Atualmente, o curso orienta suas atividades para que o aluno tenha uma formação humanística, crítica e analítica do mercado. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de RP, atualizado no ano de 2012, o curso tem como objetivo

Propiciar a formação de gestores dos processos comunicacionais nas organizações mediante a compreensão do campo teórico e técnico-científico do ambiente comunicacional e das relações públicas, visando uma formação comprometida com a ética, crítica, reflexiva, humanista e que valorize o desenvolvimento regional sustentável (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2012, p.14)

Além disso, o curso preza por um perfil de egresso que se forma para ser um profissional ético, humanístico, crítico e reflexivo, em que, dentro das suas características pode-se destacar a articulação no exercício de interlocução entre as áreas da comunicação e gestão dos processos de comunicação nas organizações.

Assim como nas demais IES, as disciplinas do curso de RP da UFAM foram distribuídas em conteúdos teóricos, práticos e de pesquisa na área de ciências da comunicação. Todas as

disciplinas têm linhas de formação que corresponde às demandas sociais e as inserções regionais e locais, levando em consideração que estamos na Região Amazônica.

O curso, atualmente, trabalha com uma matriz curricular estabelecida por meio do PPP, do ano de 2012, e que foi atualizada em 2015, para atender algumas demandas exigidas nas Diretrizes Nacionais Curriculares instituídas no ano de 2013.

A disciplina Comunicação e Diversidade não é oferecida pela instituição, tendo duas disciplinas que abordam a temática como subitens, sendo elas: Comunicação e Sustentabilidade, ofertada como disciplina obrigatória, no 2º período, e Tópicos Especiais em Relações Públicas, ofertada como disciplina optativa.

Além disso, a temática também é discutida em disciplinas do Eixo de Formação Geral, como Sociologia, ofertada como disciplina obrigatória no 1º período, e Introdução à Antropologia Cultural, ofertada como disciplina obrigatória no 2º período, ambas advindas do curso de Ciências Sociais da universidade.

Embora a discussão sobre o tema comunicação e diversidade estejam presentes na matriz curricular da UFAM, inclusive com a possibilidade de ser trabalhada em uma disciplina de ementa aberta, como é o caso de Tópicos Especiais, a instituição não possui uma disciplina específica para o tema em questão, importante para a realidade que temos frente às demandas sociais. As disciplinas mencionadas são ofertadas ainda na primeira metade de integralização do curso, nos períodos iniciais, que estão mais ligadas à formação básica do aluno.

Com a situação apresentada acima, viu-se a possibilidade de criar uma proposta de disciplina, por meio deste trabalho, que proporcione a discussão mais direta do tema, sendo trabalhada a partir da metade do curso, de caráter teórico-prático e que possibilite aos alunos melhor entendimento sobre a diversidade, bem como o papel da comunicação, das relações públicas e do profissional dentro das organizações e da sociedade. Essa proposta pode ser vista e analisada no Quadro 5.

Quadro 5. Proposta de disciplina Comunicação e Diversidade para o curso de Relações Públicas da UFAM

<b>PLANO DE ENSINO</b>		
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA</b>		
<b>CURSO:</b> Relações Públicas	<b>PERÍODO:</b> 5º	<b>TURMA:</b> 202X/X
<b>DISCIPLINA:</b> Comunicação e Diversidade		<b>SIGLA:</b> a definir

<b>CARGA HORÁRIA TOTAL:</b> 60h		<b>CRÉDITOS:</b> 3
<b>TEÓRICA:</b> 45h	<b>PRÁTICA:</b> 15h	<b>PRÉ-REQUISITO:</b> não há
<b>2. EMENTA</b>		
<p>Diversidade: conceitos e características. Diversidade e sua intersecção com a comunicação. Os marcadores sociais da diversidade. Raça, sexualidade, cultura e diversidades étnico-sociais na comunicação midiática. Responsabilidades das organizações nas questões de diversidade e inclusão. Campanha de comunicação e diversidade.</p>		
<b>3. OBJETIVOS</b>		
<b>3.1 GERAL</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender a função do profissional de relações públicas na promoção da diversidade nas organizações por meio da comunicação e suas interfaces a partir da análise crítica dos conceitos e práticas de diversidade sob uma perspectiva social, cultural e política.</li> </ul>		
<b>3.2 ESPECÍFICOS</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discutir sobre diversidade para entendimento de seus conceitos e características;</li> <li>- Reconhecer aspectos relevantes da comunicação e das relações públicas na promoção da diversidade;</li> <li>- Criar campanhas de comunicação e diversidade para organizações como forma de promoção de equidade social, político e cultural, considerando os marcadores sociais da diversidade</li> </ul>		
<b>4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>		
<p><b>Unidade I - Diversidade: conceitos, características e papel na comunicação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceitos e características de diversidade;</li> <li>- Diversidade e sua intersecção com a comunicação;</li> <li>- Responsabilidades das organizações nas questões de diversidade e inclusão;</li> <li>- Comunicação, cultura organizacional e diversidade.</li> </ul>		

## **Unidade II – Os marcadores sociais da diversidade e as organizações**

- Os marcadores sociais da diversidade;
- Raça, sexualidade, cultura e diversidades étnico-sociais na comunicação midiática;
- Responsabilidades das organizações nas questões de diversidade e inclusão.

## **Unidade III – Comunicação e Diversidade**

- Construção de campanha de comunicação e diversidade para organizações.

## **5. REFERÊNCIAS**

AMATO, Luciano. **Diversidade e inclusão: e suas dimensões**. 1 ed. São Paulo: Literare Books International, 2022.

FLEURY, M. T. L. **Gerenciando a diversidade cultural: experiência de empresas brasileiras**. Revista administração de empresas, São Paulo, n. 3, p. 18-25, jul./set. 2000.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JHONSON, S.K. **Inclusifique: Como a inclusão e a diversidade podem trazer mais inovação à sua empresa**. Tradução de Ada Felix. São Paulo: Benvirá, 2020.

KERR, Cris. **Viés inconsciente: como identificar nossos vieses inconscientes e abrir caminho para a diversidade e a inclusão nas empresas**. São Paulo: Literare Books International, 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, 1986.

LEMOS, Else; SALVATORI, Patrícia (org.). **Comunicação, diversidades e organizações: pensamento e ação [recurso eletrônico]**, 1. ed. – São Paulo: Abrapcorp, 2019.

LIRA, Aline Ferreira. **Diversidade nas organizações: das lutas sociais às políticas públicas**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, XIV. Anais [...]. São Paulo: Abrapcorp, 2020. Disponível em [https://www.academia.edu/44949504/O\\_discurso\\_sobre\\_diversidade\\_em\\_relato%C3%B3rio\\_s\\_de\\_sustentabilidade\\_de\\_empresas\\_do\\_Polo\\_Industrial\\_de\\_Manauas\\_1](https://www.academia.edu/44949504/O_discurso_sobre_diversidade_em_relato%C3%B3rio_s_de_sustentabilidade_de_empresas_do_Polo_Industrial_de_Manauas_1). Acesso em 10 fev 2023

\_\_\_\_\_. **O discurso sobre diversidade em relatórios de sustentabilidade de empresas do Polo Industrial de Manaus**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, XIII. Anais [...] São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2019.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998

ROCHI, Carlos Cesar. **Cultura e as Organizações - Antropologia e Cultura Brasileira**. São Paulo: Juruá Editoras, 2012.

SAJI, Genilda Sandra Madeira. **Gestão da diversidade no Brasil**: apresentação de um modelo brasileiro. 2005. 62 f. Dissertação [Mestrado Profissional em Administração] – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?**. São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção primeiros passos. 12ª reimpr. da 16ª. ed. de 1996.

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

A inserção da disciplina Comunicação e Diversidade, dentro da matriz curricular do curso de RP da UFAM, se apresenta como uma opção exequível e pertinente. Esta proposta é pensada com base nos dados coletados na pesquisa que deu origem a este trabalho, levando em consideração os temas gerais e específicos apresentados em ementas de disciplinas de outras IES, que abordam direta ou indiretamente, os temas de cultura, diversidade e comunicação.

A ideia principal é que a disciplina seja executada nos campos teórico e prático, a partir do 5º período, momento este em que o aluno já tem um conhecimento mais firme sobre as relações públicas, agregando aos conhecimentos básicos adquiridos das disciplinas de formação geral, como Filosofia, Sociologia e Antropologia, sem desconsiderar os conhecimentos advindos das disciplinas que já abordam o tema de alguma forma, como as disciplinas de Comunicação e Sustentabilidade e Tópicos Especiais.

É importante que no decorrer da disciplina, o aluno perceba a importância da discussão do tema e consiga se inserir não somente como aluno, mas como indivíduo, ao trazer suas vivências e experiências e, assim, enriquecer o processo. A partir disso, os alunos podem gerar produtos comunicacionais que norteiem ações de promoção da diversidade em organizações, sempre alinhado às percepções e análises críticas já debatidas nas discussões teóricas. Ainda se propõe que esta disciplina seja trabalhada numa carga de 60h, divididas em 2/3 (45h) para teoria e 1/3 (15h) para prática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ancorado ao pensamento de Diego Silva, se hoje as diferenças podem falar, talvez chegue o momento, tão breve, que as contradições não sejam encobertas por discursos políticos e que essas diferenças não se contentem somente em falar, mas que consigam modificar redes de sentido e relações históricas de poder e dominação.

Toda essa visão pode ser inserida nas organizações se os discursos sobre diversidade se tornem mais sólidos dentro desses espaços.

Nos ambientes organizacionais, os profissionais de relações públicas buscam a promoção de relacionamento entre a organização e seus públicos de interesse, por meio de práticas e métodos da comunicação, e isso inclui entender que a diversidade é um ponto crucial para o sucesso organizacional atualmente, interna e externamente, uma vez que os marcadores sociais de diversidade se convergem em um mesmo espaço e que podem ter o espaço de vez e voz dentro e fora desse ambiente.

Para que isso seja possível, é necessária formação específica aplicada para esses profissionais. Essa visão é evidente na pesquisa realizada por Patrícia Milano Pérsigo e Andréia Silveira Athaydes, em 2019, já relatada neste trabalho, no qual mostra que os profissionais já inseridos no mercado sentem dificuldades na aplicação de ações de promoção à diversidade, não somente por obstáculos impostos pela filosofia organizacional, mas sim, pela falta de abordagem do tema ainda na formação acadêmica.

É possível afirmar que, dentro do que foi proposto para este trabalho, o objetivo foi alcançado, pois conseguiu-se analisar, de forma clara, como se dá a abordagem da Comunicação e Diversidade nas instituições de ensino superior.

Como foi apresentado no terceiro capítulo, essa abordagem sobre diversidade ainda é mínima dentro dos cursos de graduação em Relações Públicas pelo Brasil, o que mostra um significativo atraso no atendimento às essas demandas sociais em um momento que a sociedade já impõe posicionamentos mais incisivos sobre isso. Ainda sim, é louvável colocar que as discussões, mesmo que mínimas, estão sendo feitas de alguma forma e tangem, ao menos, um marcador social de diversidade.

Dentro das suas abordagens, foi possível identificar, principalmente que as discussões são mais voltadas às questões étnico-raciais, ponto importante, se considerarmos os dados censitários do país. Com um Brasil que ainda flerta com questão escravistas e escancara preconceitos estruturais, é de suma necessidade que essas discussões ocorram no ambiente acadêmico, principalmente para uma formação mais técnica do profissional de comunicação e de relações públicas.



Em geral, todas essas disciplinas propõem que o estudante desenvolva um pensamento crítico em relação ao que se aborda no tema, o que demonstra, por parte das instituições, a preocupação de formar um profissional que não apenas faz, mas que pensa e considera inúmeras perspectivas e contextos para agir de forma coerente.

Ao relacionar as propostas dessas disciplinas com as Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de Relações Públicas, com base no que se consta nos incisos I e III, do parágrafo 2º do Art. 3º, e do Art. 4º deste documento, pode-se considerar que estas atendem ao que está instituído, já que essa formação considera aspectos sociais e culturais locais (inciso I, §2º, Art.3º) e promove a reflexão e criticidade em cima do tema (inciso III, §2º, Art.3º).

Da mesma forma, com a disciplina inserida na matriz curricular, o profissional (egresso) encontra-se capacitado para analisar as conjunturas por meio de dados estatísticos, sociais e econômicos (inciso I, Art.4º), tendo a percepção das dinâmicas socioculturais para interpretar as demandas dos públicos de interesse (inciso II, Art.4º), além de compreender as problemáticas contemporâneas, principalmente do desenvolvimento sustentável, para exercer a função de planejamento em relações públicas (inciso III, Art.4º).

Não há dúvidas que o caminho para atender essas demandas é a atualização das matrizes curriculares nas universidades. Por meio delas, a construção profissional é mais completa, já que apresentará soluções às demandas sociais, bem como as necessidades dos estudantes, que entrarão no mercado cada vez mais qualificados em termos de conhecimentos, criticidades e aperfeiçoamento técnico.

Com quase uma década da publicação das diretrizes curriculares, é importante deixar o alerta para os cursos de Relações Públicas de todo o país quanto a necessidade de se discutir e debater sobre as questões de diversidade, considerando não somente o contexto geral e comum do tema, mas também as particularidades da região geográfica a qual a instituição está inserida.

Na realidade da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), instituição originária deste trabalho, o colegiado do curso de Relações Públicas debate, desde o ano de 2015, sobre atualizações em seu PPP, para atender às novas demandas sociais, a qual se inclui questões de diversidade e seus marcadores. Com os resultados desse trabalho, foi possível construir uma proposta de disciplina que contemple essa necessidade e assim o curso poderá avançar, qualitativamente, na formação de futuros profissionais.

Também foi possível identificar que o resultado deste trabalho é um ponto inicial que permite o desdobramento do tema em outras produções científicas. Com a recente inserção do tema, será possível desenvolver trabalhos, a nível de iniciação científica ou mesmo de TCCs, que possam abordar outras questões, como a forma que os profissionais, formados pela UFAM

e que já estão no mercado, lidam com a situação atual dos discursos e ações de promoção à diversidade, bem como analisar o nível de preparo desses profissionais.

Como apontado e confirmado ao longo deste trabalho, os debates sobre diversidade tornam-se mais presentes na sociedade. Mesmo com muitas dificuldades para se dialogar sobre o tema, é necessário expandir os ensinamentos e entendimentos para que a todos alcancem níveis de pluralidade e respeito mútuo.

As expectativas, a partir da entrega e publicização deste trabalho, é de contribuir com pesquisas futuras acerca do tema, bem como com o próprio desenvolvimento do curso de Relações Públicas da UFAM, na futura atualização do PPP, com a disciplina Comunicação e Diversidade dentro da sua matriz curricular.

## REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Rudimar. **Relações públicas: processo histórico e complexidade**. 3. Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Novo Hamburgo/RS, abril de 2005.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967**. Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L5377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5377.htm). Acesso em 25 jul 2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 2, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Relações Públicas. Publicada no DOU nº190 quarta-feira, 1º de outubro de 2013, Seção 1, páginas 28/29. [recurso eletrônico]. Acesso em 25 jul 2022.

CABASTRÉ, Sonia Aparecida. Contextualizando as relações públicas como atividade do campo profissional. In: MOURA, Cláudia Peixoto de. (org.) **A história das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. [recurso eletrônico].

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; 1991.

CUNHA, Daniele Estivalet; AIRES, Marco Antônio Pontes. **Sustentabilidade e responsabilidade social empresarial: à luz da constituição federal**. 2015. Seminário Internacional de Direito, Democracia e Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.imes.edu.br/Uploads/GT5-p382-391.pdf>. Acesso em 14 ago 2022.

DIVERSIDADE. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/diversidade/>. Acesso em 10 fev 2023.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras**. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 40, n. 3, p. 18-25, 2000. Acesso em 14 ago 2023.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005 [recurso eletrônico].

GOMES, Marion Litaiff Azize. **Relações públicas internacionais: inserção da disciplina nas universidades brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso]. Manaus: Bacharelado em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2014.

GRUNIG, James E.; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. **Relações públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009.

JESUS, Odilon Sergio Santos de. **Relações Públicas e Modernização: o curso especial da EBAP**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de (org.). **A história das relações públicas: fragmentos da memória de uma área**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. [recurso eletrônico]

KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação e educação – caminhos cruzados**. São Paulo, Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. Os campos acadêmicos da comunicação organizacional e de relações públicas no Brasil. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Relações públicas e comunicação organizacional: campos acadêmicos e aplicados de múltiplas perspectivas**. São Caetano do sul, SP: Difusão Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4.ed. São Paulo: Summus, 2003

KUNSCH, Waldemar Luiz. **De Lee a Bernays, de Lobo a Andrade: a arte e a ciência das relações públicas em seu primeiro centenário (1906-2006)**. In: VI ENCONTRO DE PESQUISADORES DO INTERCOM. 2006

LATTIMORE, Dan [et.al]. **Relações públicas: profissão e prática**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

LIRA, Aline Ferreira. **Diversidade nas organizações: das lutas sociais às políticas públicas**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, XIV. Anais [...]. São Paulo: Abrapcorp, 2020. Disponível em [https://www.academia.edu/44949504/O\\_discurso\\_sobre\\_diversidade\\_em\\_rel%C3%B3rios\\_de\\_sustentabilidade\\_de\\_empresas\\_do\\_Polo\\_Industrial\\_de\\_Manau\\_1](https://www.academia.edu/44949504/O_discurso_sobre_diversidade_em_rel%C3%B3rios_de_sustentabilidade_de_empresas_do_Polo_Industrial_de_Manau_1). Acesso em 10 fev 2023

\_\_\_\_\_. **O discurso sobre diversidade em relatórios de sustentabilidade de empresas do Polo Industrial de Manaus**. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, XIII. Anais [...] São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2019.

\_\_\_\_\_. **O discurso sobre meio ambiente e sustentabilidade em relatórios de sustentabilidade de empresas do Polo Industrial de Manaus**. 2014. 255 f. Tese [Doutorado em Linguística]. Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

MAIO, Ana Maria Dantas. O discurso científico e suas nuances sobre comunicação e sustentabilidade. In: BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial e sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2015.

MONTENEGRO, Gloris Trujillo. **How public relations agencies communicate diversity and inclusion practices on their websites**. 2020. 98f. Thesis [Master of Arts] – Department of Adverseting and Public Relations, Graduation School of The University of Alabama. The University of Alabama. Tuscaloosa, Alabama, 2020.

MORENO, Lucas. **Pre-para!:** proposta de relações públicas para divulgação da profilaxia pré-exposição ao HIV. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Manaus: Bacharelado em Comunicação

Social - Relações Públicas. Faculdade de Informação e Comunicação. Universidade Federal do Amazonas. 63f. Manaus, 2017.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

MUNDY, Dean. *Diversity 2.0: how the public relations function can take the lead in a new generation of diversity and inclusion (D & I) initiatives.* *Research Journal of the Institute for Public Relations*, Gainesville, Flórida, vol. 2, n. 2, p. 1-35, Outubro de 2015.

PÉRSIGO, Patrícia Milano; ATHAYDES, Andreia Silveira. **Diversidade nas organizações: o que pensam e fazem os profissionais de comunicação?** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - PENSACOM BRASIL, São Paulo, 2019.

PERUZZO, Cicília Krohling. **Relações públicas no modo de produção capitalista.** São Paulo: Summus Editorial, 1986.

\_\_\_\_\_. Igualdade e direitos humanos nas organizações empresariais e cidadania. In: LEMOS, Else; SALVATORE, Patrícia. **Comunicação, diversidades e organizações: pensamento e ação** [recurso eletrônico]. São Paulo: Abrapcorp, 2019.

PINHO, Júlio Afonso. O contexto histórico das Relações Públicas. In: MOURA, Cláudia Peixoto de. (org.) **A história das relações públicas: fragmentos da memória de uma área.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. [recurso eletrônico]

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** [recurso eletrônico]. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAJI, Genilda Sandra Madeira. **Gestão da diversidade no Brasil: apresentação de um modelo brasileiro.** 2005. 62 f. Dissertação [Mestrado Profissional em Administração] – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

SALES, Ricardo Gonçalves de. **Políticas de diversidade nas organizações: breve histórico, modelos e reflexões.** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2016.

SILVA, Diego Barbosa da. **Dizer na cultura para dizer da diferença: o discurso da diversidade no discurso da política no Brasil.** 2016. 286f. Tese [Doutorado em Estudos da Linguagem]. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.

SOUZA, Ana Caroline da Silva [et.al]. **O valor da diversidade nas organizações: um mero discurso ou uma experiência efetiva.** *Revista Valore*, [S.l.], v.5, p.371-383, jul.2021. Disponível em <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/871>. Acesso em 13 fev. 2023.

STEFENN, Ana Maria Walker Roig. Teoria e prática – uma relação dissonante em relações públicas no Brasil do século XX. In: MOURA, Cláudia Peixoto de. (org.) **A história das relações públicas: fragmentos da memória de uma área.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. [recurso eletrônico]

ULSEN, Pedro. **O perfil do gestor de comunicação para a sustentabilidade nas organizações.** 2012. 311f. Dissertação [Mestrado em Ciências da Comunicação]. Pós-

Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Relações Públicas**. Manaus, 2012.

VERÍSSIMO, Fabiane da Silva [*et.al*]. **A sustentabilidade na perspectiva comunicacional e discursiva**. *Organicom: revista brasileira de comunicação organizacional e relações públicas / Departamento de Relações públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo*. – V.1, n.1 (2013). – São Paulo: ECA-USP/Gestcorp, 2013. p.83-95